



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba

Julho/2024





SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	14
Fase de Conhecimento	26
Fase de Cumprimento de Sentença	31
Metas CNJ	40
Arrecadação	43
Deliberações Finais	44



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Manoel Carlos Toledo Filho**

Em 24 de julho de 2024, Sua Excelência o Desembargador **MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 11/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 24/6/2024, página 1.760.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno
Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade**.

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba

PJeCOR	
0000689-46.2021.2.00.0515	24 de Julho de 2024

	Juiz Titular Antônio Carlos Cavalcante de Oliveira
--	----------------------------------------------------

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba: Graziela Hoshino dos Santos, Patrícia lenny Akiyama, Fabiana Martins Cortez Botelho, Luiz Fernando de Mendonça Pinheiro, Isabela Cassiano (estagiária), Dalton Kazuo Watanabe, Cleide Correa Genda Gílio, Antonio Carlos Cavalcante de Oliveira (Juiz Titular) e Mateus Parusolo Budoia.

Lotação atual da Unidade:	8 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	8 servidores
⚠ “DELTA” da Vara:	DE ACORDO

- A servidora Marcia Vilma de Souza é assistente do Juiz Titular (Antônio Carlos Cavalcante de Oliveira), e atua em teletrabalho (Requerimento SIGEP 7538/2024).
- Além da assistente, há duas servidoras atuando em regime de teletrabalho: Fabiana Martins Cortez Botelho (PROAD 30680/2023) e Graziela Hoshino dos Santos (PROAD 30533/2023).
- Há uma estagiária na Unidade: Isabela Cassiano Senra Alves, do Centro de Integração Empresa Escola.

3^a Vara do Trabalho de Araçatuba

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15^a Região, deverão observar os termos da Resolução Administrativa nº 3/2023, que institui o trabalho remoto, altera o Ato Regulamentar n. 010/2018, que dispõe sobre o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15a Região, e dá outras providências.



6

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba



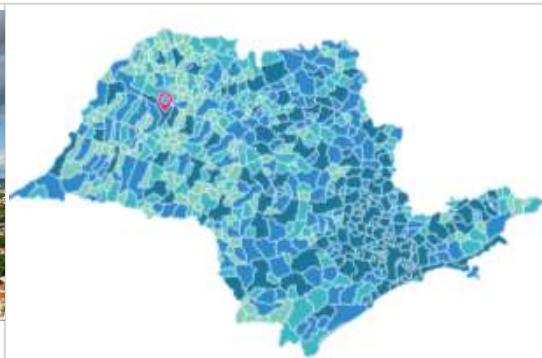
Jurisdição: Araçatuba, Bento de Abreu, Guararapes, Rubiácea, Santo Antonio do Aracanguá, Valparaíso.
Lei de criação nº: 8.432/92
Data de instalação: 10/6/1994

Informações da localidade:

Localizado no estado de São Paulo, Araçatuba é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 200.124 pessoas.



Fonte: Mapa de Informações Google, 2024



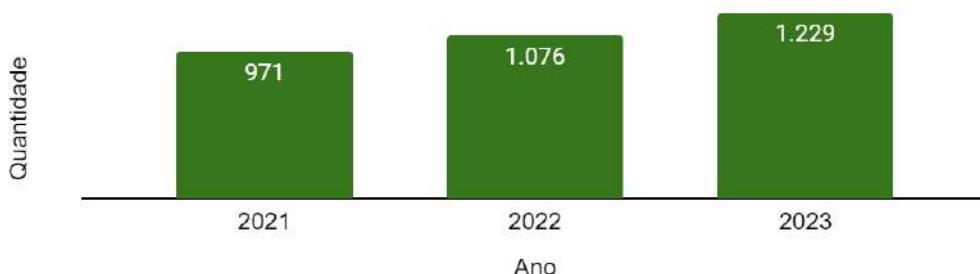
Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: foto da cidade

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Araçatuba.

Faixa de Movimentação Processual [1001 a 1500 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos





A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de maio, foram distribuídos 531 processos.

Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.

2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 10 (dia) a 16/7/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 07/2022 a 07/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 10/2023 a 05/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Fomentar a conversão do processo para o regime do “Juízo 100% Digital”, à vista da expressiva realização de audiências na modalidade telepresencial.
	Necessidade de adequação do procedimento dos processos tramitando sob o regime do Juízo 100% Digital, que determina que audiências e sessões de julgamento se farão exclusivamente por meio de videoconferência.
	Necessidade de bloquear a pauta nas férias programadas dos juízes, a fim de se evitar o retrabalho gerado pelos cancelamentos/redesignações.
	Necessidade de gerir a pauta de audiências com foco na contenção do aumento das audiências canceladas.
	Manter o gerenciamento para aproximação dos prazos de realização das audiências de instruções, culminando na redução da idade média e do prazo médio da distribuição ao encerramento da instrução.
	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
	Priorizar a inclusão em pauta de processos atualmente localizados na tarefa “Triagem Inicial” do sistema PJe.

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba

✓	Implantação da utilização de link único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.
✓	Constata-se aumento na taxa de solução dos processos por conciliação em relação ao período correicional anterior.
✓	Houve aumento da quantidade de processos解决ados comparados com o período correicional anterior, corroborando com a melhora da taxa de produtividade.
✓	Significativa redução do prazo médio na fase de conhecimento.
⚠	Necessidade de otimizar o procedimento de controle de perícias, no que couber, minimizando a fragmentação de tarefas.
⚠	Necessidade de que o procedimento de controle de perícias restrinja a comunicação entre partes e peritos por meio, exclusivamente, do processo no sistema PJe, onde também serão informados locais e datas da perícia. Portanto, há necessidade de suspender a comunicação por correspondência eletrônica.
⚠	Necessidade de conduzir a gestão da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, de forma a conter a elevação da idade média, direcionando o encerramento, também, para aqueles com maiores tempos de tramitação.
✓	Eliminação dos processos arquivados provisoriamente.
⚠	Necessidade de melhor gerir o registro de pagamentos no GPREC.
✓	Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas.



A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



Variação positiva nos mesoindicadores Acervo (diminuição dos processos pendentes), Congestionamento (aumento na quantidade de processos baixados), Força de Trabalho (aumento de processos baixados por servidor) e Produtividade (elevação nas taxas de conciliação, solução e execuções encerradas), especialmente.



O resultado IGEST da Unidade teve variação ligeiramente negativa, impactado pela variação do mesoindicador Celeridade (aumento dos prazos médios).



VALE LEMBRAR

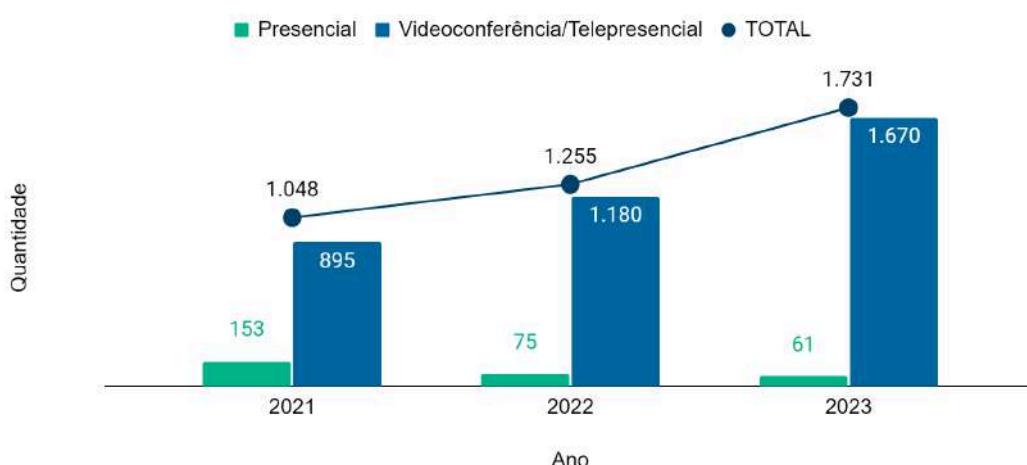
- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe "Audiências 1º Grau"



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



Nesta Unidade são designadas audiências Iniciais, de instrução e Conciliação. As audiências de Instrução são designadas no formato Híbrido, com determinação de comparecimento presencial de testemunhas. Contudo, não há impedimento de que as partes e patronos também compareçam de forma presencial. Audiências presenciais são designadas quando há necessidade de dirimir fatos essenciais ao julgamento do feito.



Atualmente, estão em andamento 2.051 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 788 estão na fase de conhecimento.

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba



Audiência designada como telepresencial no processo 0010321-97.2024.5.15.0103, sem opção pelo “Juízo 100% digital” pela parte autora no ajuizamento.

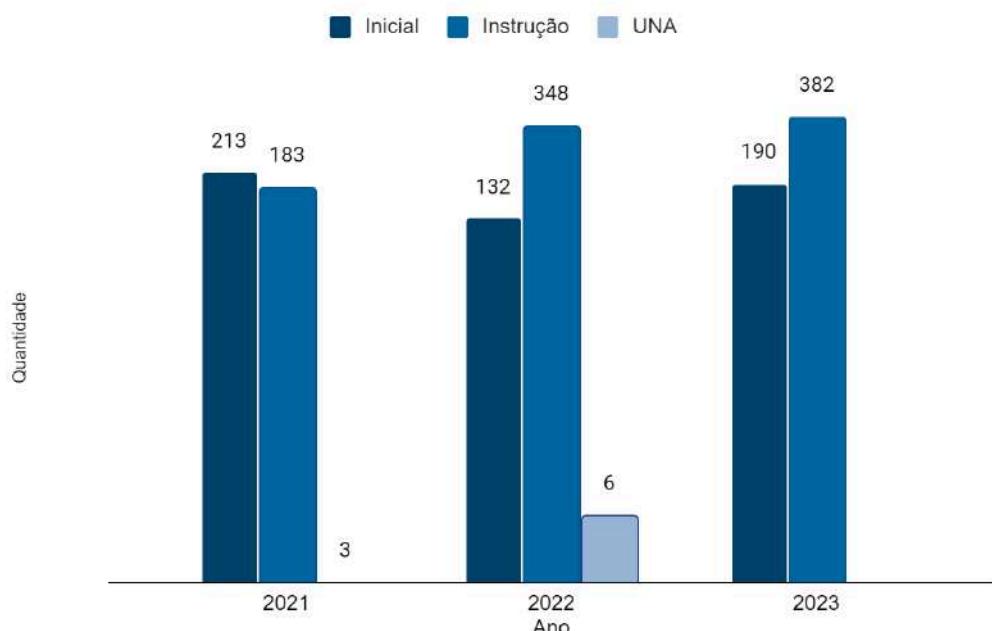
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Constata-se quantidade elevada e, em ascensão, de audiências canceladas, ano a ano, nos últimos três anos, com consequente retrabalho para a Secretaria.



Remanejamento nas férias do Juiz Titular em junho/julho de 2023. A Juíza substituta pediu para readequar a pauta, o que acontece normalmente quando há substituição do Titular;
Audiências designadas no segundo semestre de 2022 para o ano de 2023 que recaiam em feriados/2023 (Consultando a pauta do PJE, a pauta não estava bloqueada (falha do sistema)).



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 24/7/2024
- Iniciais do rito ordinário: 4/9/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 8/8/2024
- Unas do rito ordinário: 4/9/2024
- Instruções do rito sumaríssimo: 8/8/2024
- Instruções do rito ordinário: 5/12/2024

VALE LEMBRAR

➤ O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba

3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 5/7/2024 por amostragem, referente à semana de 12 a 16/8/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	9	-	-	9
UNA (Ord/Sum)	-	-	-	-	-
INS (Ord/Sum)	-	17	-	-	17
Conciliação (CON)	-	8	-	-	8
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	-
TOTAL	34		0		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	✓	✓	✓	✓	-
2 - AUXILIAR	-	-	-	-	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.



Na Sala 1 - Principal estão designadas 34 audiências.

3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 11/7/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência	Designação com regularidade até
		Pesquisa atual (dias corridos)	Pesquisa atual (Data mais distante)
SALA 1 - PRINCIPAL			
INICIAIS/Sum	42	41	21/8/2024
INICIAIS/Ord	64	34	14/8/2024
UNAS/Sum	42	-	-
UNAS/Ord	64	-	-
INSTRUÇÕES/Sum	42	208	4/2/2025
INSTRUÇÕES/Ord	76	231	27/2/2025
CONCILIAÇÃO	8	195	22/1/2025

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.



Nos processos 0010034-37.2024.5.15.0103 e 0011095-64.2023.5.15.0103 do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.

3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	81,83
Exceto Rito Sumaríssimo	168,43

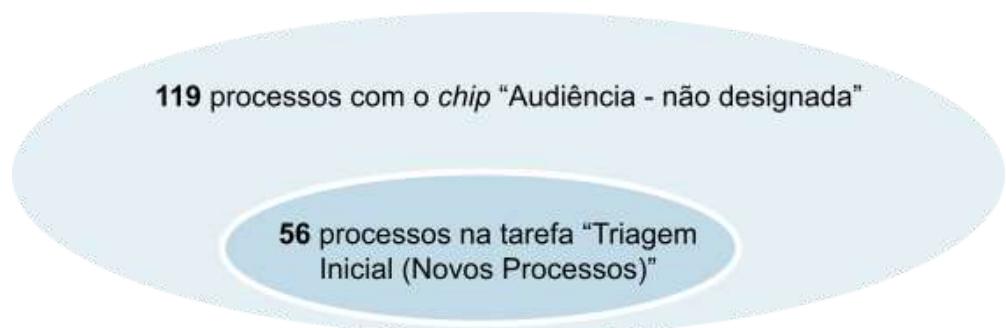
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em **/**/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pautas de audiências. Também foi informado que o percentual estimado de processos com ente público corresponde a aproximadamente 20%.



Dentre os processos com o chip “Audiência não designada”, há alguns em que figuram entes públicos, para os quais é dispensada a designação de audiência em virtude dos normativos vigentes.



O processo mais antigo na “Triagem Inicial” é o 0010632-88.2024.5.15.0103 e data de 26/6/2024.



Notam-se alguns processos de fato pendentes de inclusão em pauta, tais como 0010635-43.2024.5.15.0103, na triagem inicial desde 26/6/2024.



VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.

3.1.6. Agenda do Magistrado

	Clique aqui para a agenda do Juiz Titular
--	-----------------------------------------------------------



O Juiz Titular informou trabalho presencial em três dias da semana durante o ano de 2024.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0010167-16.2023.5.15.0103 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Araçatuba

	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência
	Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Utilizam o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais, com implantação a partir de 12/9/2024, a partir de quando será configurada a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo e incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.

O secretário de audiências já registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.



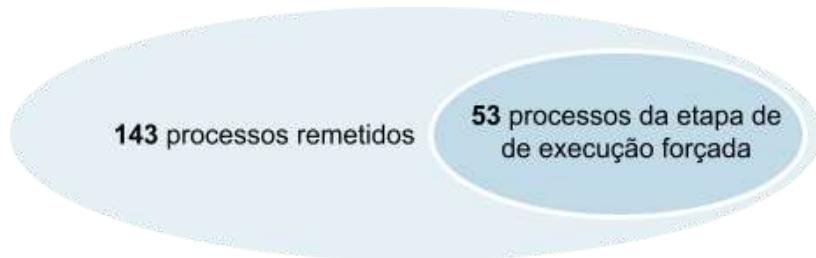
Consulta por amostragem na pauta do dia 17/12/2024, nos processos 0010435-36.2024.5.15.0103 e 0010435-36.2024.5.15.0103, cujas audiências foram designadas em junho e julho de 2024, corroboram a informação do uso do *link* único.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciais; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciais.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de Araçatuba



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Constata-se o envio de processos ao longo do período correicional, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC.



Encaminha-se ao Cejusc processos com maior probabilidade de acordo:

- Processos após o trânsito em julgado, sendo analisadas as reclamadas dos processos.
- Processos de Execução com Embargos à execução e a requerimento das partes.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

50% → 59%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos解决ados, excluídas as desistências e arquivamentos.



Constata-se aumento na taxa de solução dos processos por conciliação em relação ao período correicional anterior.

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	07/2022 a 07/2023	10/2023 a 05/2024
Acordos Realizados	575	396
Média Mensal de Conciliação	44,23	49,5



Leve ampliação da média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á a movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspensão do processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito ("classe processual") de "nome da parte" com "resultado do julgamento", e o valor para o complemento "resultado do julgamento" 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo;
 - movimento “11013 - Suspensão do processo por convenção das partes”.

3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

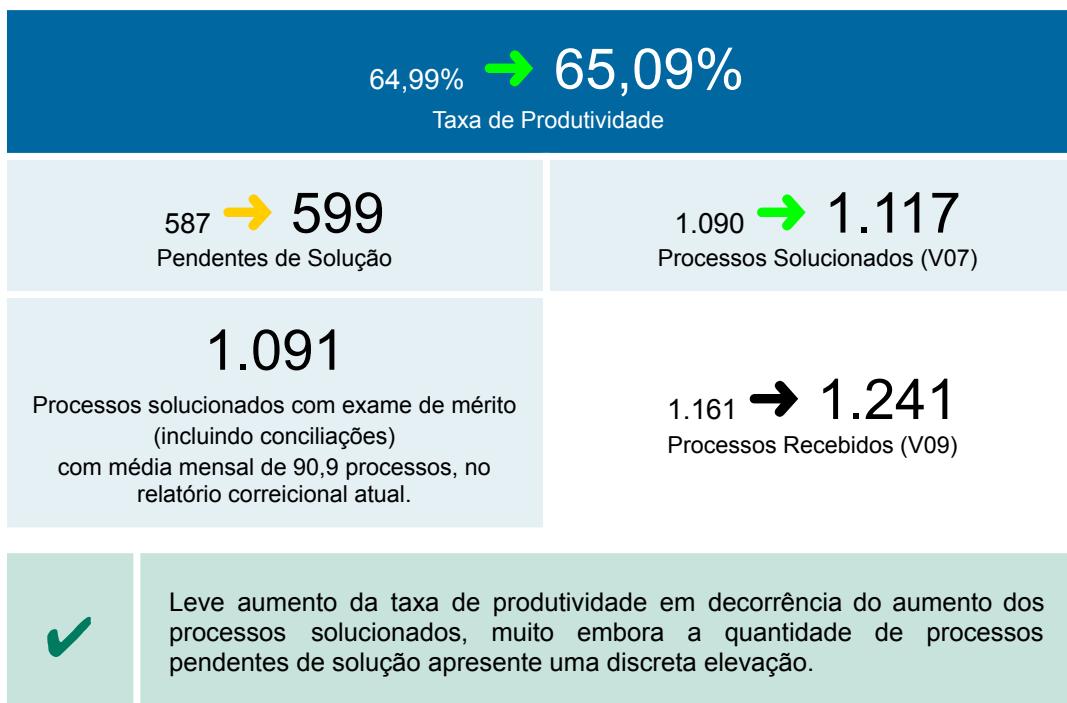
Período Correicional	07/2022 a 07/2023	10/2023 a 05/2024
Acordos Realizados	55	50
Média Mensal de Conciliação	4,23	6,25



Ampliação da média mensal de acordos homologados na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.

3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.



VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90.055



Foram proferidas 21 sentenças líquidas no último período correicional.



Sim, são proferidas sentenças líquidas, tendo como critério a simplicidade dos pedidos.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	59	64	5

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.

4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos conclusos com prazo vencido)

1.335 → 1.259 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
212 → 242 Processos Aguardando a 1ª Audiência	334 → 351 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
73 → 37 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	147 → 145 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
110 → 73 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	201 → 172 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
5 → 0 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.

✓	Leve redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior.
✓	A despeito da elevação dos acervos acima, houve redução das idades médias e dos prazos médios, indicando que houve gestão dos acervos, demonstrando a priorização dos processos mais antigos da fase.



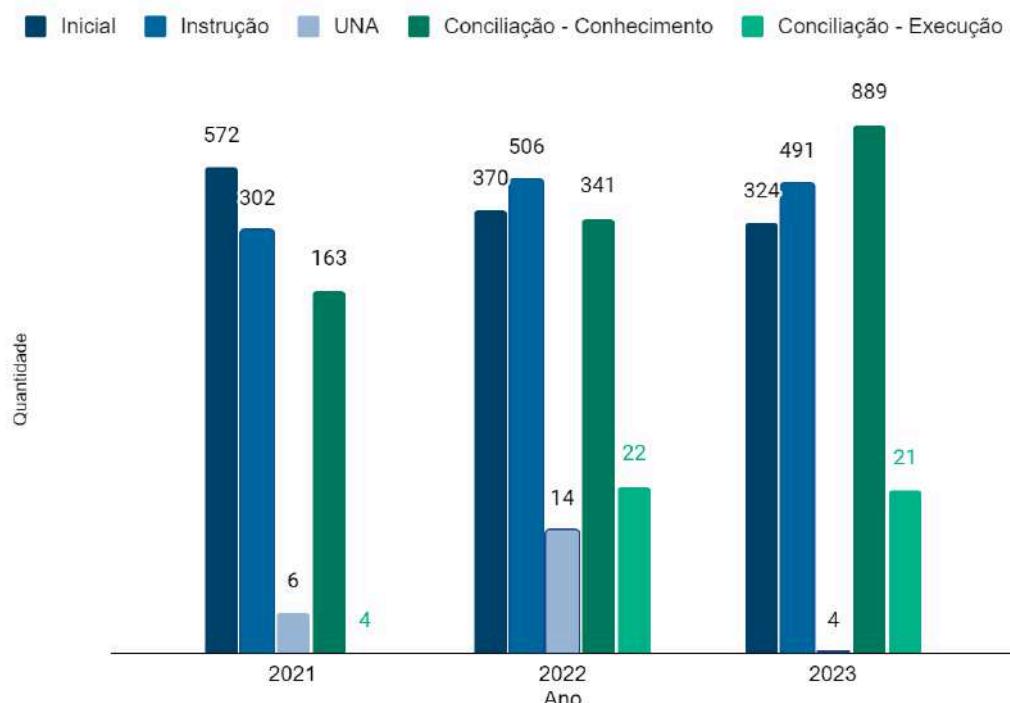
O prazo legal para prolação de sentença está sendo observado.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.

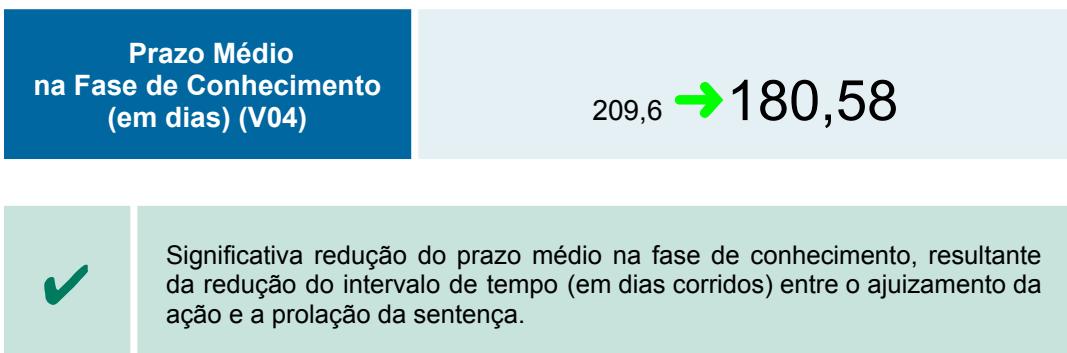


Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.



4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.



VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.





Nota-se o aumento dos processos baixados em relação aos recebidos no mesmo período, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença. Consequentemente, observa-se redução do congestionamento da fase

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

- Processos localizados por amostragem.

	Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário dos processos 0010171-87.2022.5.15.0103 e 0010703-27.2023.5.15.0103.
	A otimização de procedimentos no controle de perícias não foi observada, nos processos 0010477-85.2024.5.15.0103, 0010460-49.2024.5.15.0103 e 0010436-21.2024.5.15.0103.
	No processo 0010460-49.2024.5.15.0103, foi observada a indicação exata do local da perícia, bem como do objeto a ser periciado.
	A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito não ocorre exclusivamente dentro dos autos, no processo 0010436-21.2024.5.15.0103 e 0010460-49.2024.5.15.0103, há determinação para que o perito se comunique também por e-mail informado pelos patronos.
	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório no processo 0010178-11.2024.5.15.0103, o qual aguarda razões finais desde 2º/7/2024.



No que diz respeito à otimização de procedimentos no controle de perícia, o juízo opta por intimar o perito da designação, que deverá informar nos autos o agendamento da perícia.

VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.
Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.

5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, item 4.2 e e-Gestão



#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Redução do prazo médio na etapa de liquidação em comparação ao ano anterior.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.

5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão

808 → 844

Pendentes de Finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada

679 → 786

Pendentes de extinção

266 → 280

Execuções Encerradas (90.093)

335 → 301

Processos Baixados (90.381)

307 → 323

Execuções iniciadas (90.329)

918 → 947

Idade Média na Execução
(em dias)

672,5 → 734,79

Prazo Médio na Execução
(em dias) (90.275 e 90.277)



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



Elevação do número das execuções encerradas, frente à quantidade de execuções iniciadas.



O número de execuções iniciadas foi maior que o número de execuções encerradas, embora este último tenha sido superior ao da correição anterior.



Elevação da idade média e do prazo médio dos processos da execução. A conjugação dos resultados indica que, possivelmente, o encerramento da execução embora esteja direcionado a processos antigos, não são necessariamente aqueles com maiores tempos de tramitação.

	Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada comparado ao ano anterior.
	Os 5 processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobreestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4



	Eliminação dos processos arquivados provisoriamente.
--	------------------------------------------------------

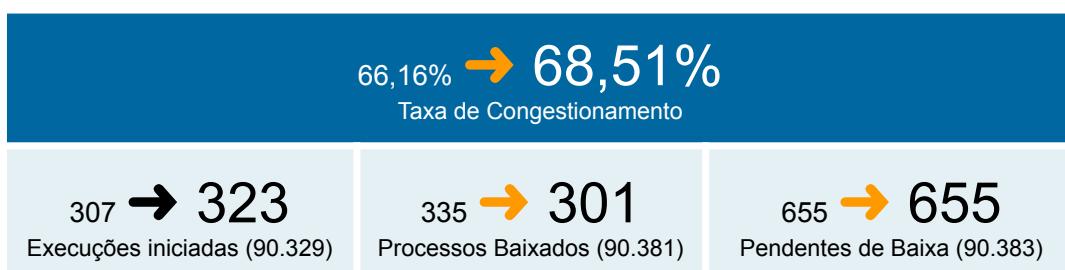


VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrerestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



A redução dos processos baixados, nada obstante a elevação das execuções iniciadas, resultaram no aumento do congestionamento na fase em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

→ Processos localizados por amostragem.

	Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0010870-15.2021.5.15.0103 por meio do sistema SIF/SISCONDJ.
	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0010337-85.2023.5.15.0103 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010909-12.2021.5.15.0103 e 0010916-04.2021.5.15.0103 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para “Aguardando Final do Sobrestamento”, no processo 0010226-19.2014.5.15.0103, pois foi reconhecida a execução frustrada.
	Suspensão da execução do processo 0010373-98.2021.5.15.0103, com encaminhamento para “Aguardando Final do Sobrestamento”, após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
	Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0010476-03.2024.5.15.0103.
	Não foram fixadas custas de execução no processo 0010367-96.2018.5.15.0103 após a expedição do auto de arrematação.
	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS “LIQ - sobrestamento - solução do processo principal acordo - conhecimento (com a data do vencimento) acordo - liquidação” no processo 0011005-90.2022.5.15.0103.
	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0010134-94.2019.5.15.0061 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.



A Unidade não cumpre o artigo 123 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, no que diz respeito à realização de pautas ordinárias de audiência, exclusivamente formadas por autos em fase de execução na Semana Nacional da Execução Trabalhista.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 10/2023 a 05/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
3	1º/7/2024	334	0	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.



A ferramenta eletrônica está sendo utilizada imediatamente após a determinação.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Araçatuba (consulta em 16/7/2024)

Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo
13	10/6/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados devolvidos pendentes de apreciação.

	Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos.
	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: RENAJUD, ARISP, INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.

5.5. Oficiais de Justiça



Este tópico não se aplica à Unidade, uma vez que a gestão dos Oficiais de Justiça do Fórum Trabalhista de Araçatuba é realizada pela Central de Mandados.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A unidade procede com a venda na modalidade direta por meio de corretor particular, Adílio Gregório Pereira, credenciado no Sistema EXE-PJe, atuando na Jurisdição.

5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC

O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.

	Há 3 processos aguardando expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo de 13/7/2024.
	Não há diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC.
	No processo 0010657-38.2019.5.15.0019 observa-se que houve controle do prazo e prosseguimento da execução diante do não pagamento da RPV.
	Necessidade de saneamento do sistema GPREC em relação à baixa de RPV/Precatório por já quitados, como nos processos 0010425-94.2021.5.15.0103 e 0010491-06.2023.5.15.0103.



5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 27/06/2024

Quantidade de movimentações em contas
saneadas pela Unidade (Depósitos Judiciais e
Recursais)

592
movimentações

#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

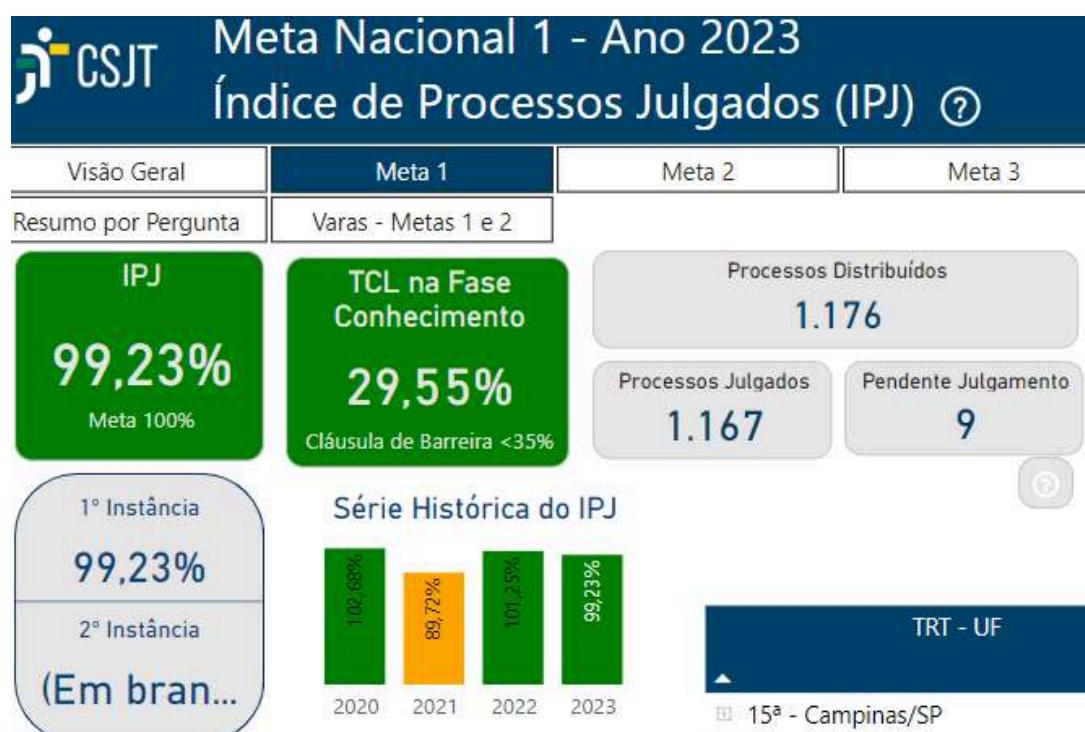
VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDA.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.

6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 10/6/2024.

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

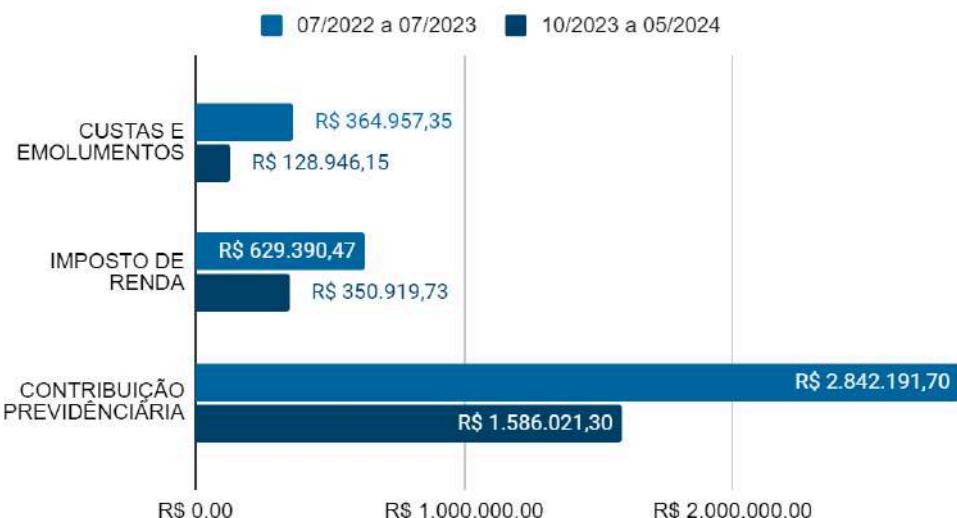


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquido



7. ARRECADAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.

8. DELIBERAÇÕES FINAIS

✓	Cumprimento da Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
✓	Variação favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento e na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
✓	Variação favorável do prazo médio na fase de conhecimento.
✓	Variação favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
⚠	Variação não favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade fica autorizada a utilizar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

3ª Vara do Trabalho de Araçatuba

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o [Documento Complementar](#) ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:



Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Acessibilidade e Inclusão”

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Combatendo a Violência contra as mulheres”



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Corregedoria Regional



Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



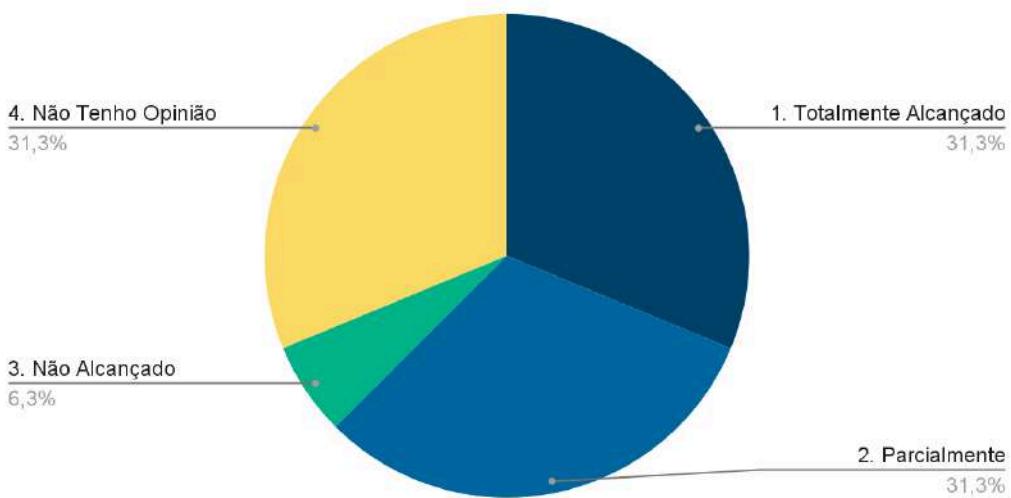
Ocorrências

	Participou, presencialmente, o Juiz Titular Antônio Carlos Cavalcante de Oliveira.
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------

A Corregedoria Regional destaca a atuação das servidoras Graziela Hoshino dos Santos e Cleide Correa Genda Gilio, bem como do servidor Mateus Parusolo Budoia, porquanto resultam de ação institucional voltada ao funcionamento das Secretarias Conjuntas de Varas do Trabalho, que se fundamenta no equilíbrio da distribuição da força de trabalho e no estabelecimento da organização para a criação de seções temáticas a partir do agrupamento dos servidores especializados.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.



Atendimentos

Não houve.

Elogios



A Corregedoria Regional consigna elogios ao magistrado, servidoras e servidores, visto que os índices alcançados demonstram o empenho da Unidade na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho.

Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 24 de julho de 2024, às 15h15min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Suely Suzuki, Assessora da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.



Assinado eletronicamente por: MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO - 09/08/2024 18:00:40
<https://corregedoria.pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24080918004021600000004400815>
Número do documento: 24080918004021600000004400815

Num. 4687587 - Pág. 48



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



RELATÓRIO CORREICIONAL

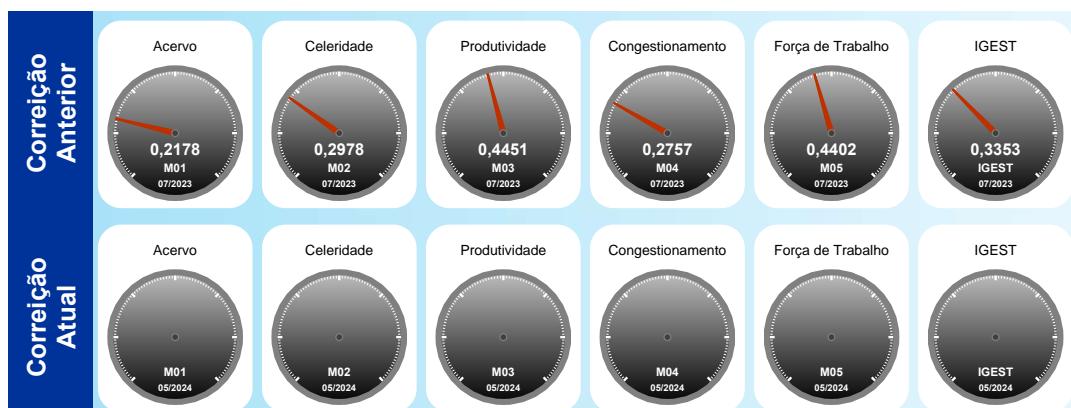
3ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA - 0103
[1001 a 1500 processos]



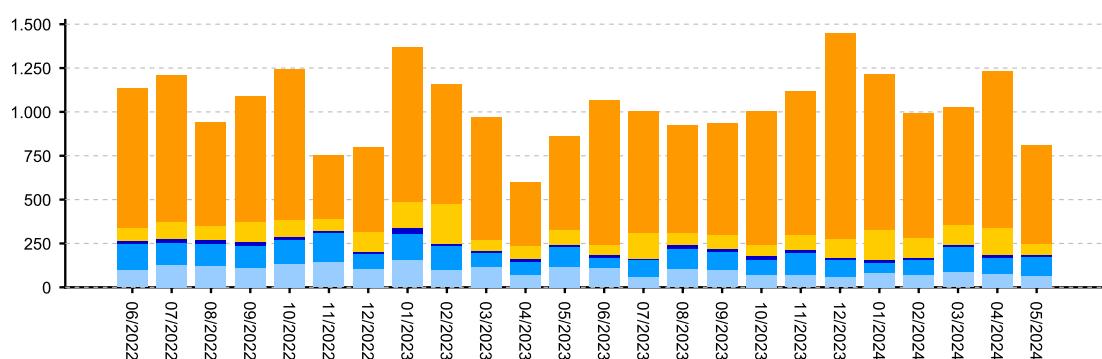
Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 8.432/92
Data de Instalação: 10/06/1994
Data de Instalação do PJE: 21/08/2013
Data da Última Correição: 04/10/2023



[Prazo Médio] - Geral



- Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento
- Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução na fase de conhecimento
- Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento
- Do início até o encerramento da liquidação
- Do início da execução até a sua extinção



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

- [1 - TITULARIDADE](#)
- [2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)
- [3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)
- [3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)
- [3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)
- [3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)
- [4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)
- [5 - PRAZOS MÉDIOS](#)
- [6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)
- [7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)
- [8 - RECURSOS](#)
- [9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)
- [10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)
- [11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)
- [12 - ARRECADAÇÃO](#)
- [13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)
- [14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA	19/12/2019

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
28/10/2023 a 05/11/2023	FÉRIAS
11/11/2023 a 16/11/2023	FÉRIAS
18/12/2023 a 19/12/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
21/03/2024 a 09/04/2024	FÉRIAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/10/2023 a 17/06/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ARTHUR ALBERTIN NETO	21/03/2024 a 09/04/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
25/03/2024 a 26/03/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO

NOME	PERÍODO
GUILHERME BASSETTO PETEK	28/10/2023 a 16/11/2023
GUILHERME BASSETTO PETEK	17/11/2023 a 19/11/2023

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/05/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CLEIDE CORREA GENDA GILIO	AJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	27/10/2010
DALTON KAZUO WATANABE	REM	-	17/09/2014
ELIANE CAPELARI ANSELMO	TJAE	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/12/1999
FABIANA MARTINS CORTEZ BOTELHO	TJA	-	01/03/2021
GRAZIELA HOSHINO DOS SANTOS	TJA	FC-02 ASSISTENTE	13/06/2016
LUIZ FERNANDO DE MENDONÇA PINHEIRO	REM	-	05/02/2024
MATEUS PARUSOLO BUDOIA	TJA	FC-04 CALCULISTA	22/07/2013
PATRICIA IENNY AKIYAMA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	03/11/1999
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [10/2023 a 05/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
FOLGA COMPENSATÓRIA - INDETERMINADO	15
TOTAL	15



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/05/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ISABELA CASSIANO SENRA NEVES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	null



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [10/2023 a 05/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA	14

SERVIDORES	HORAS
CLEIDE CORREA GENDA GILIO	2
FABIANA MARTINS CORTEZ BOTELHO	4
GRAZIELA HOSHINO DOS SANTOS	122
LUIZ FERNANDO DE MENDONÇA PINHEIRO	16
PATRICIA IENNY AKIYAMA	23



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

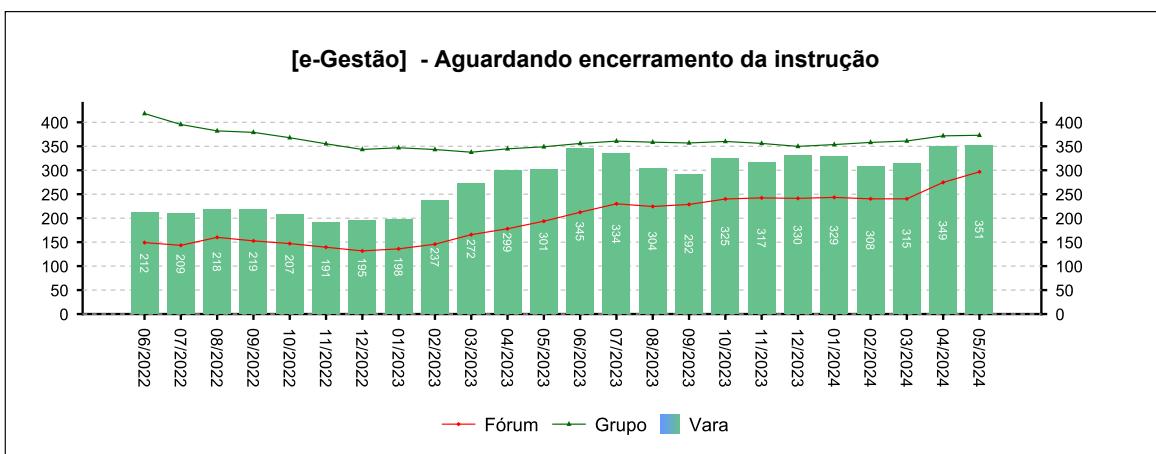
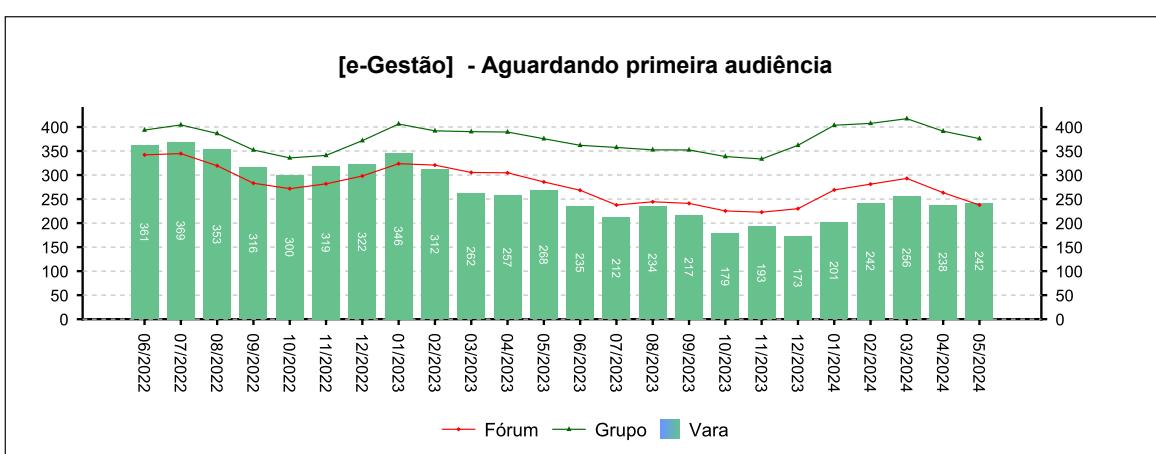
[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	242	376	238
Aguardando encerramento da instrução	351	373	297
Aguardando prolação de sentença	6	54	12
Aguardando cumprimento de acordo	14	37	15
Solucionados pendentes de finalização na fase	646	882	677
Pendentes de finalização	1.259	1.723	1.239

Período: 10/2023 a 05/2024

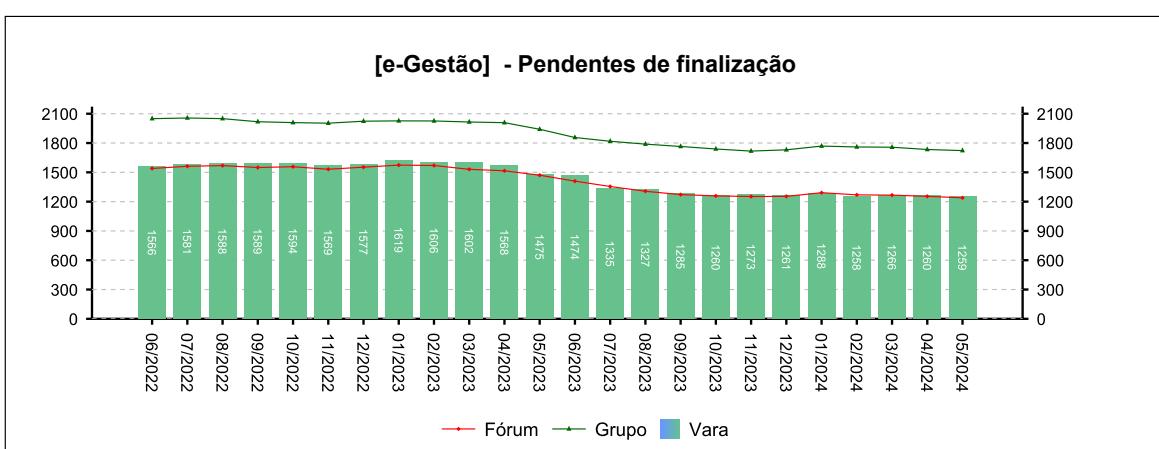
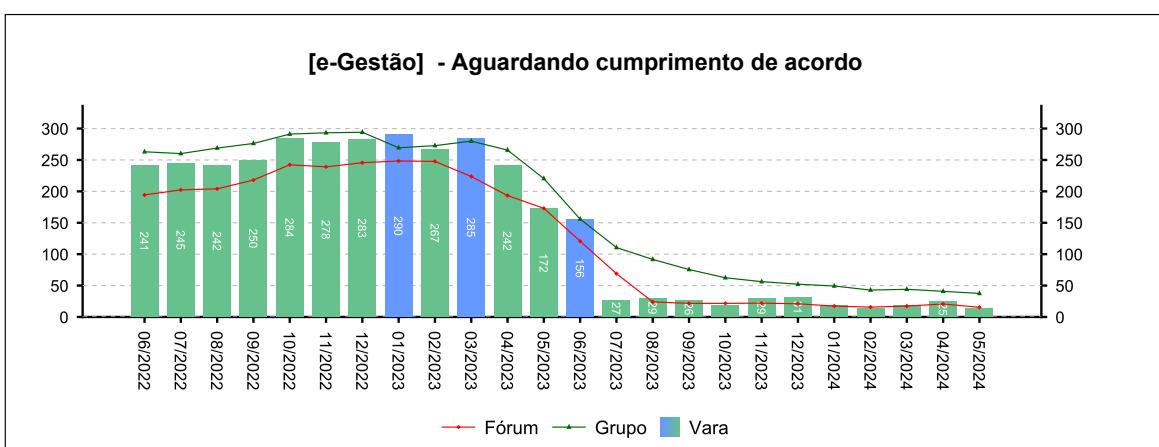
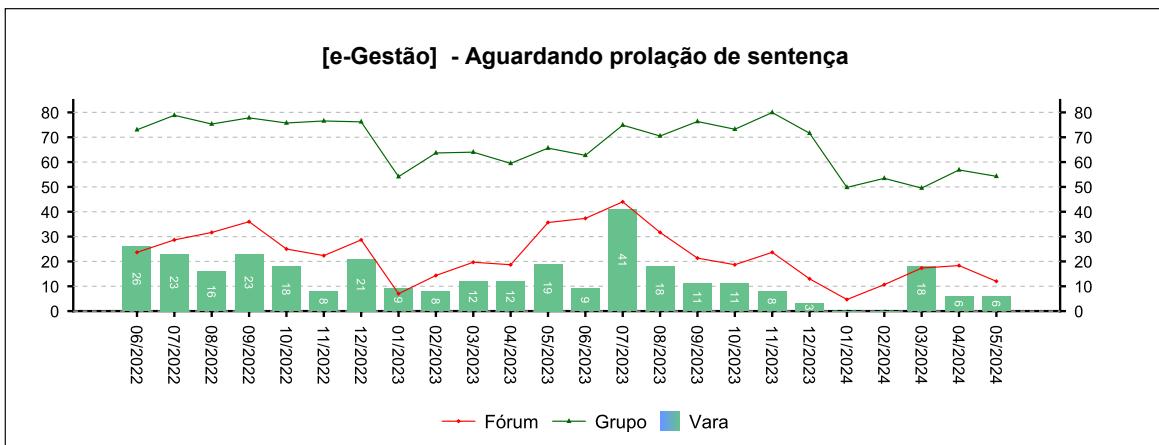




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





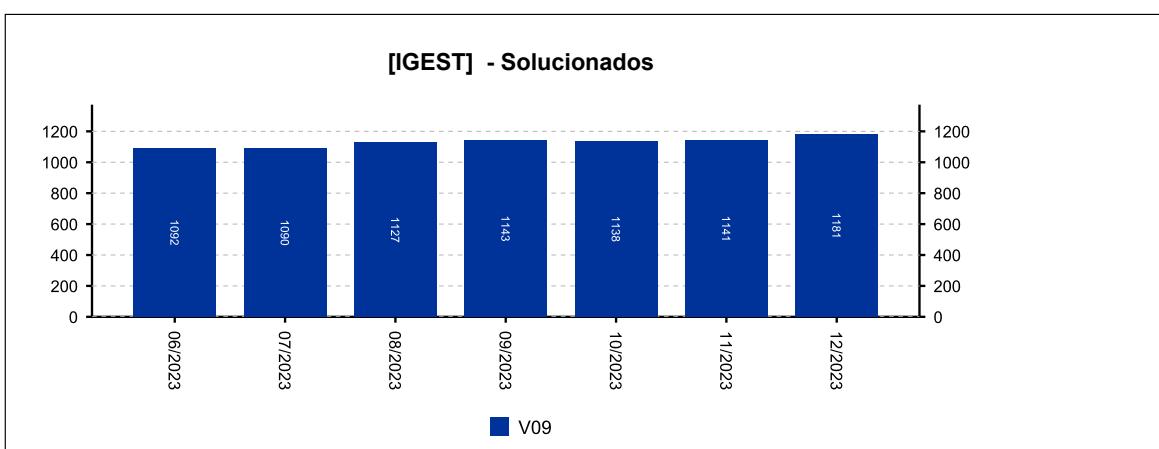
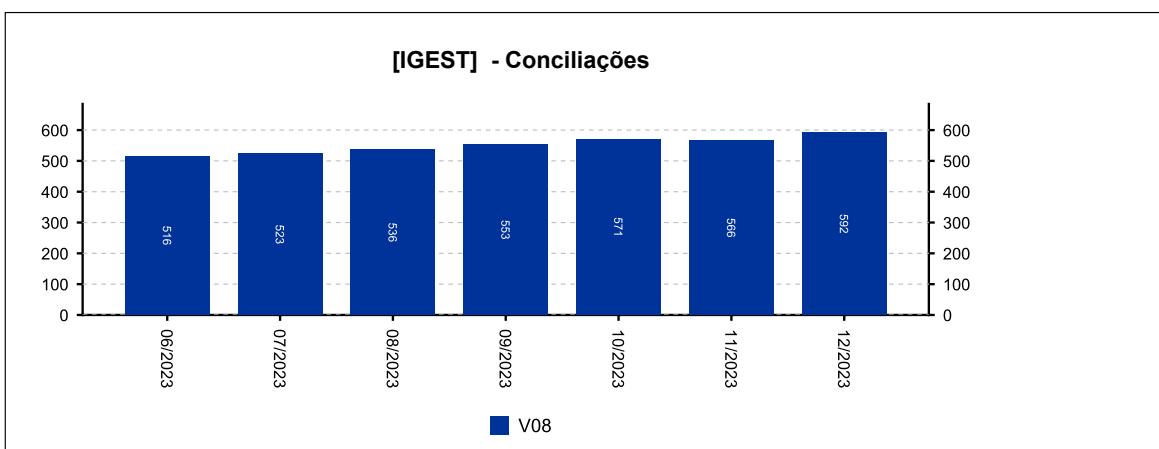
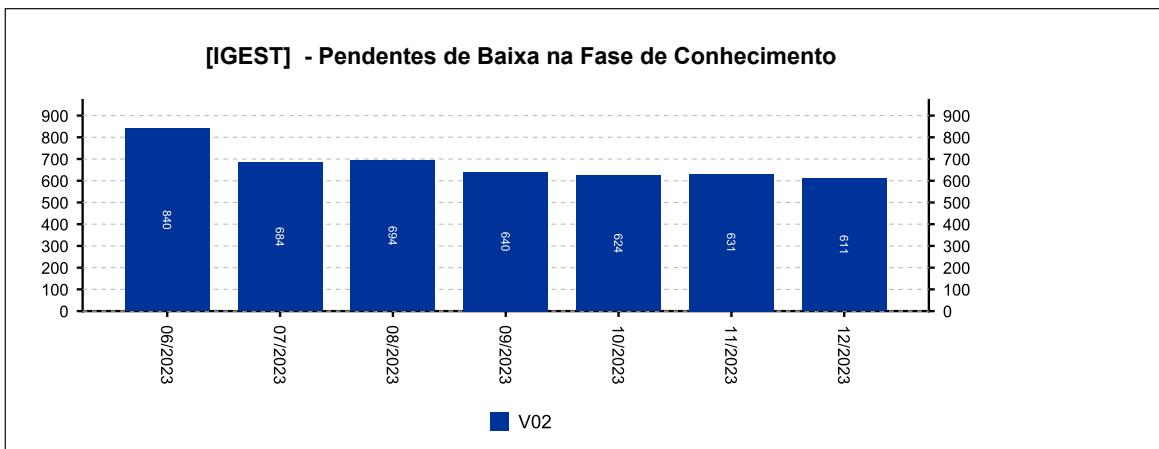
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





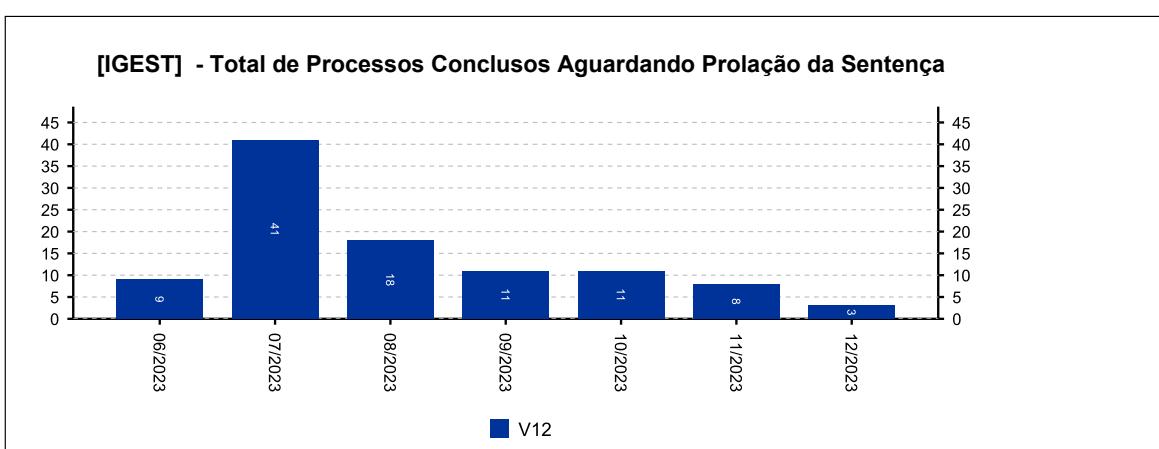
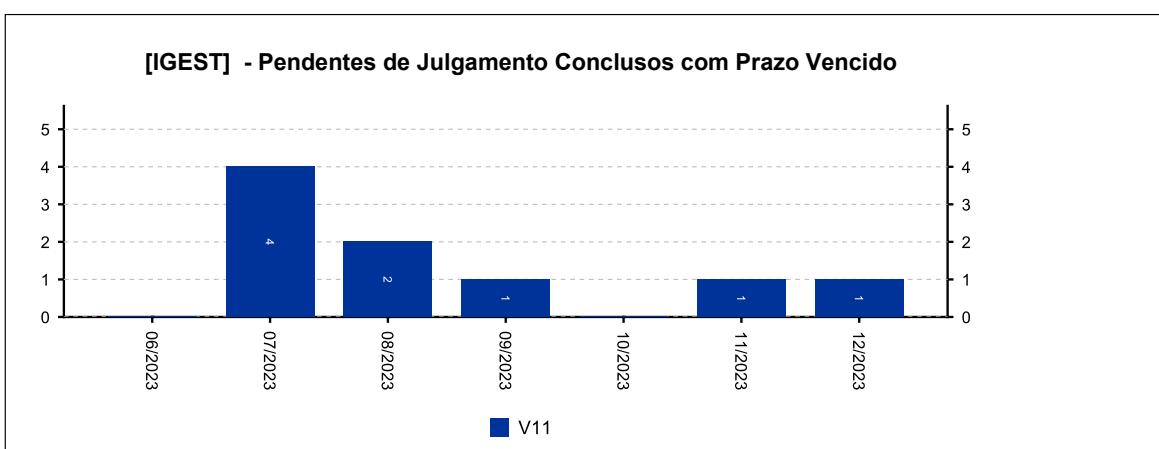
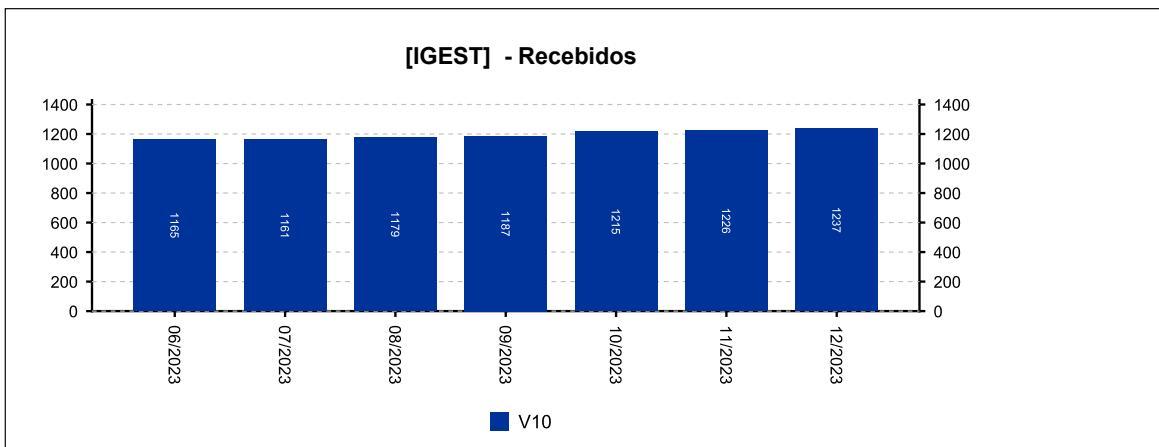
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





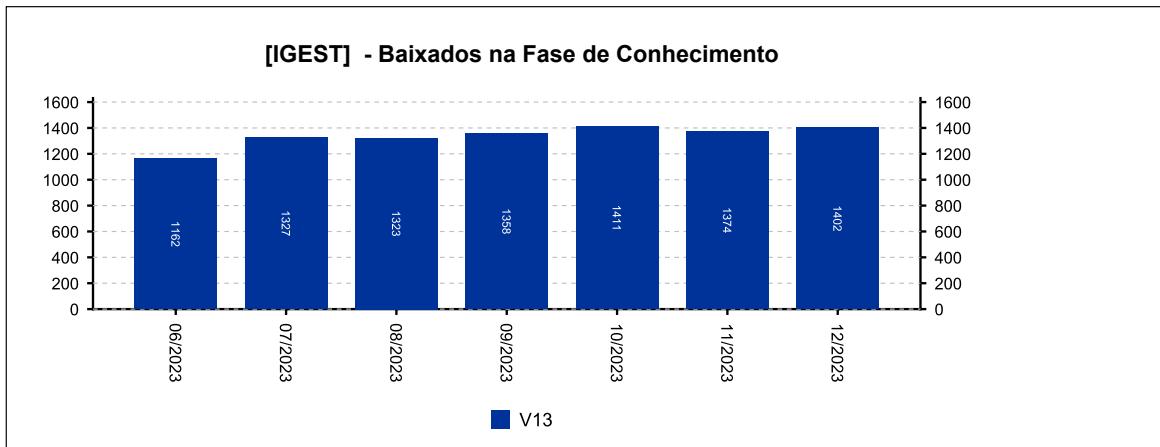
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





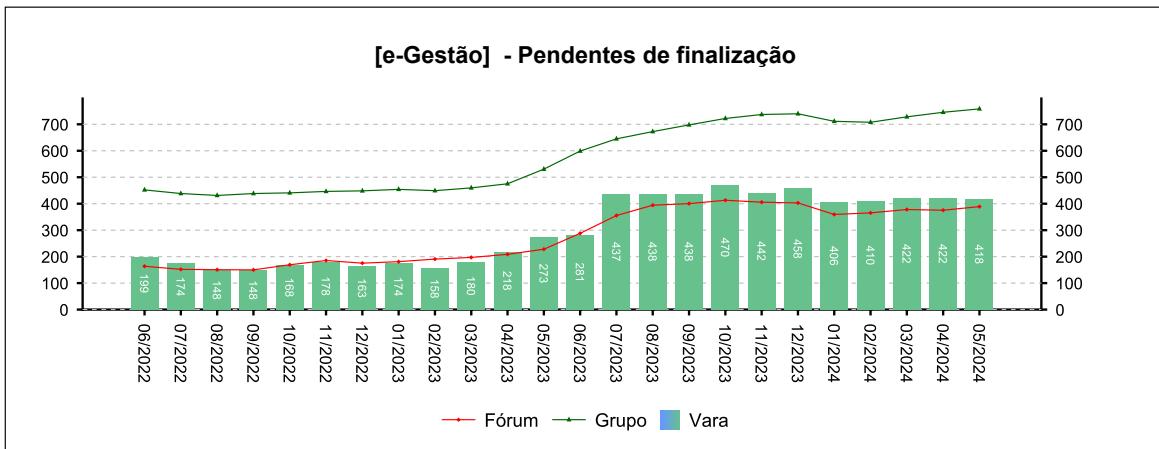
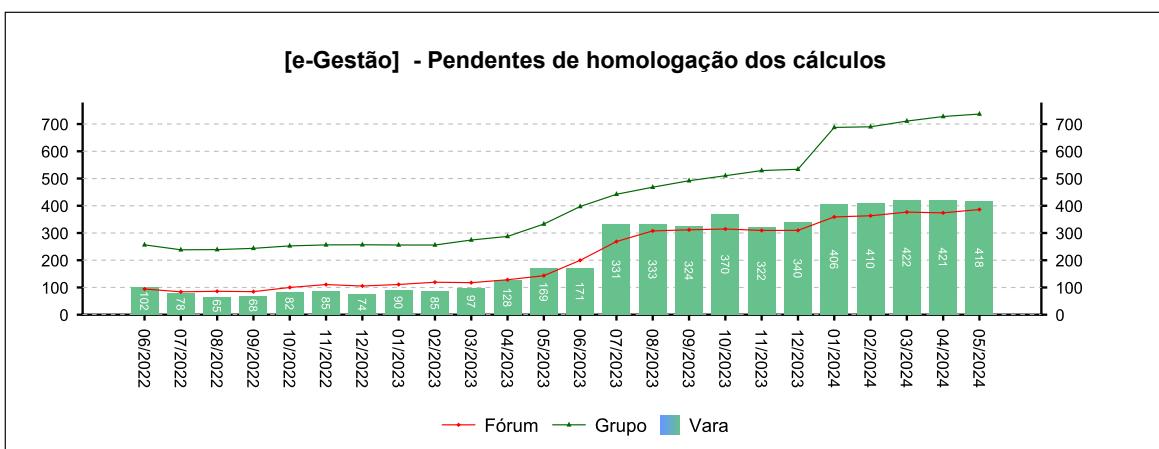
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	418	737	386
Liquidados pendentes de finalização na fase	0	21	3
Pendentes de finalização	418	758	389

Período: 10/2023 a 05/2024





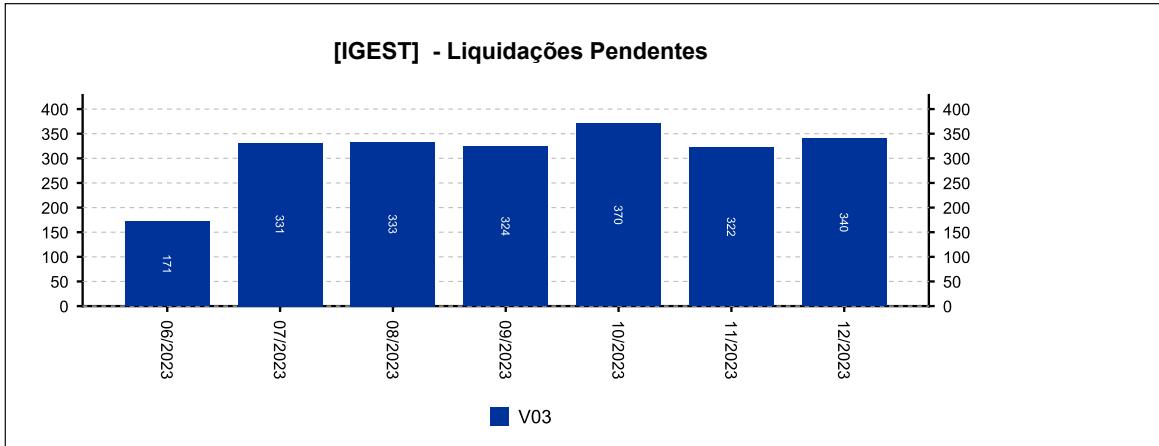
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



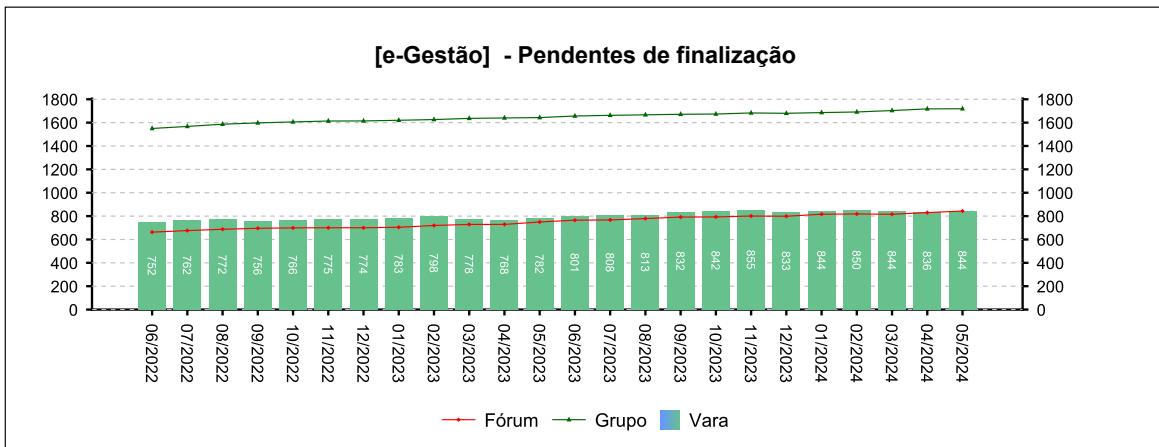
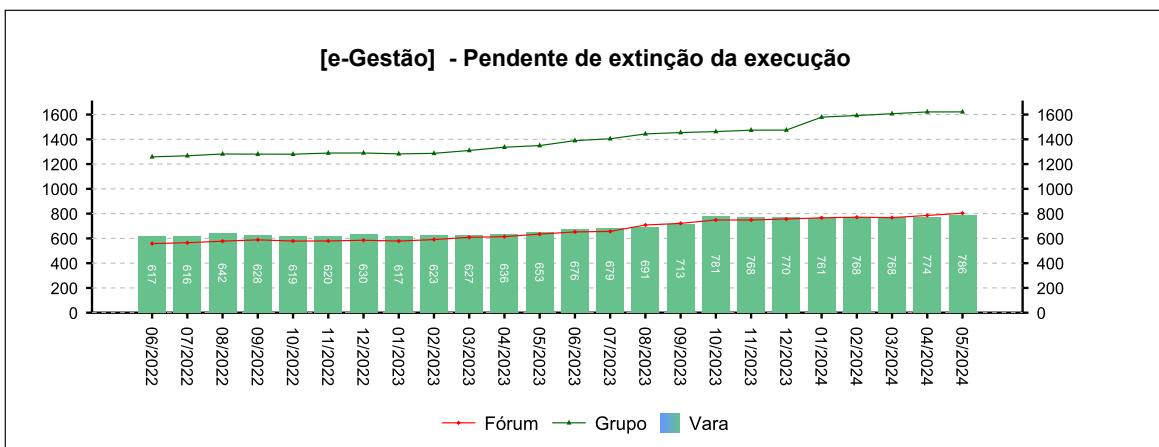
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	786	1.621	803
Encerrados pendentes de finalização na fase	58	98	40
Pendentes de finalização	844	1.719	843

Período: 10/2023 a 05/2024





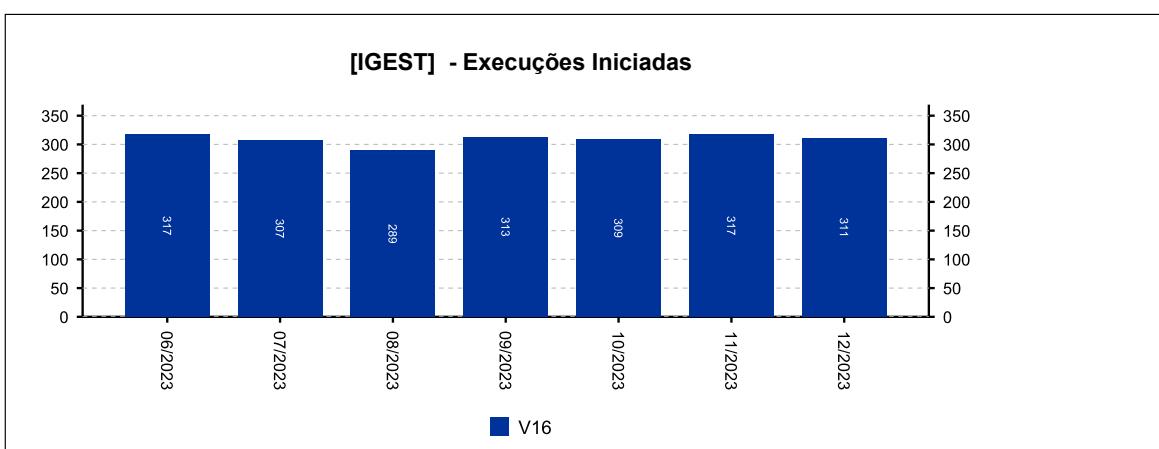
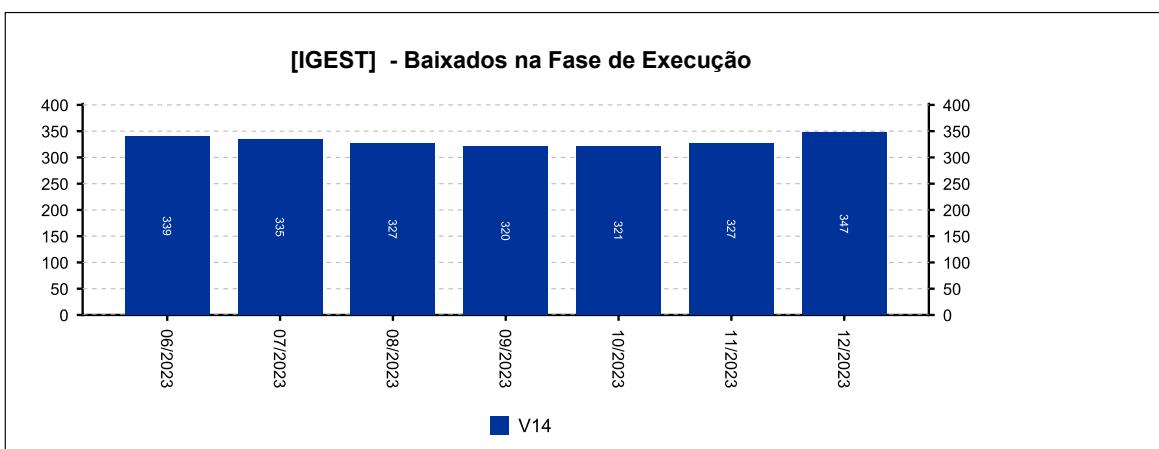
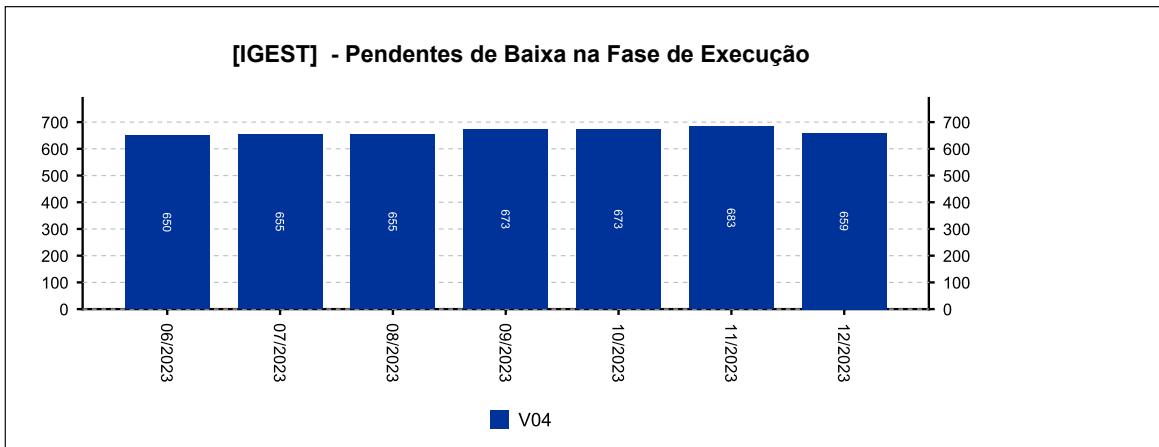
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





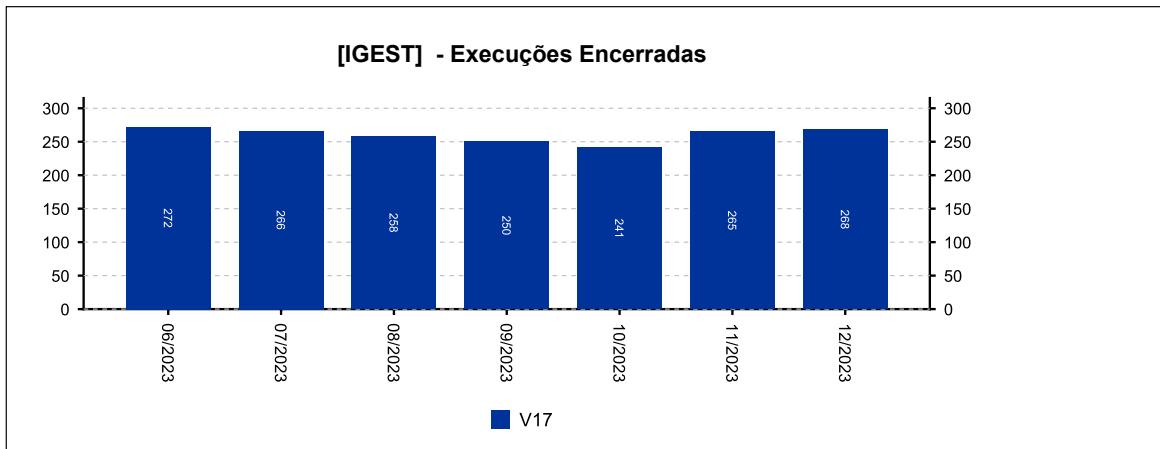
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





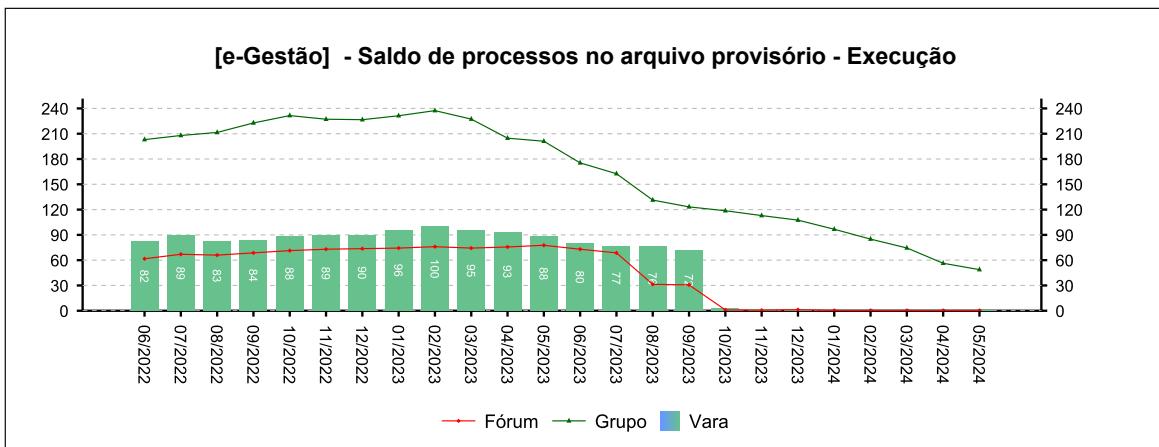
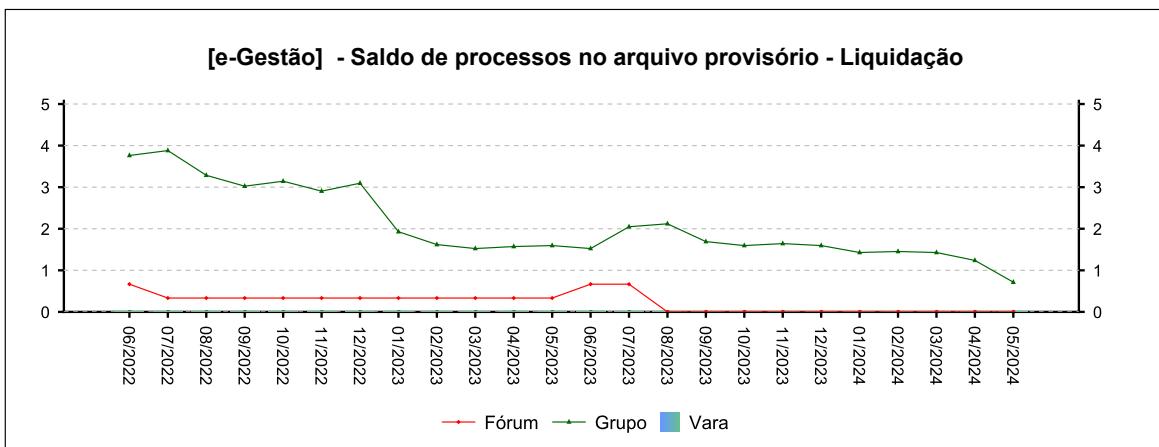
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	0
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	49	0

Período: 10/2023 a 05/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	1.259	1.723	1.239
Pendentes de finalização - Liquidação	418	758	389
Pendentes de finalização - Execução	844	1.719	843
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	0
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	49	0
TOTAL:	2.521	4.249	2.471

Período: 10/2023 a 05/2024



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

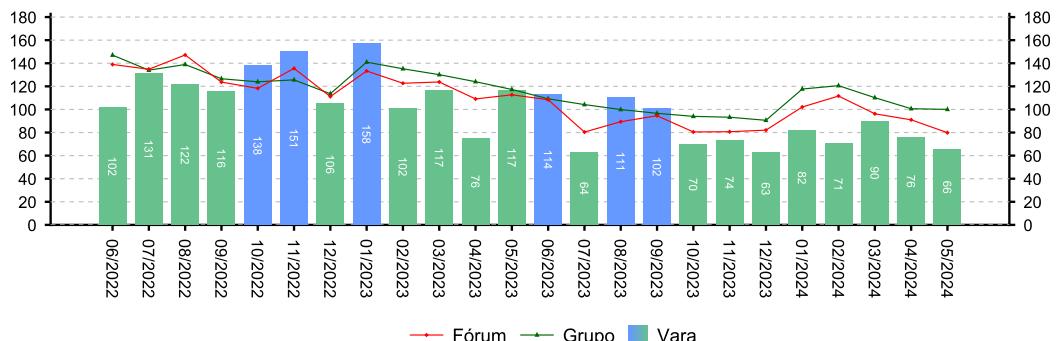
[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

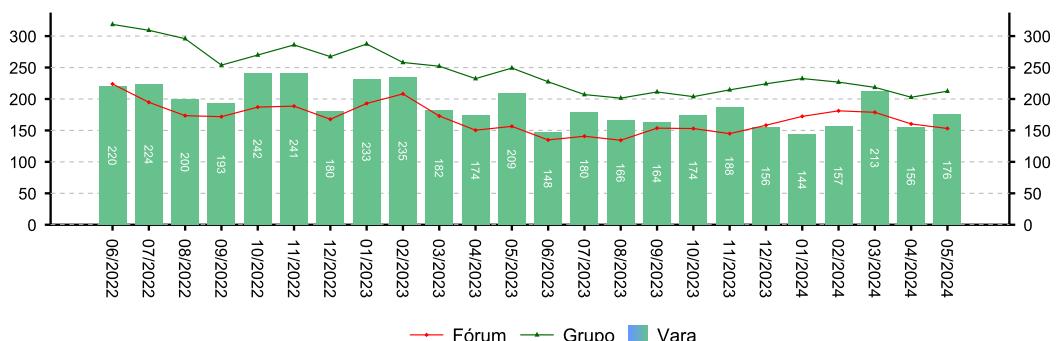
	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	665	73	103	89
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	682	172	215	162
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	673	177	232	167
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	263	14	26	13

Período: 10/2023 a 05/2024

[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento



[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução

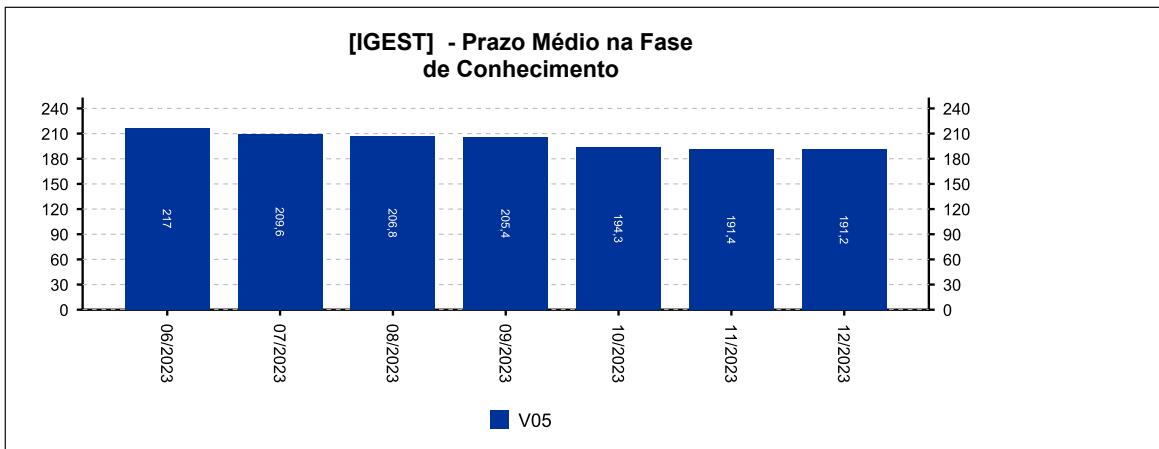
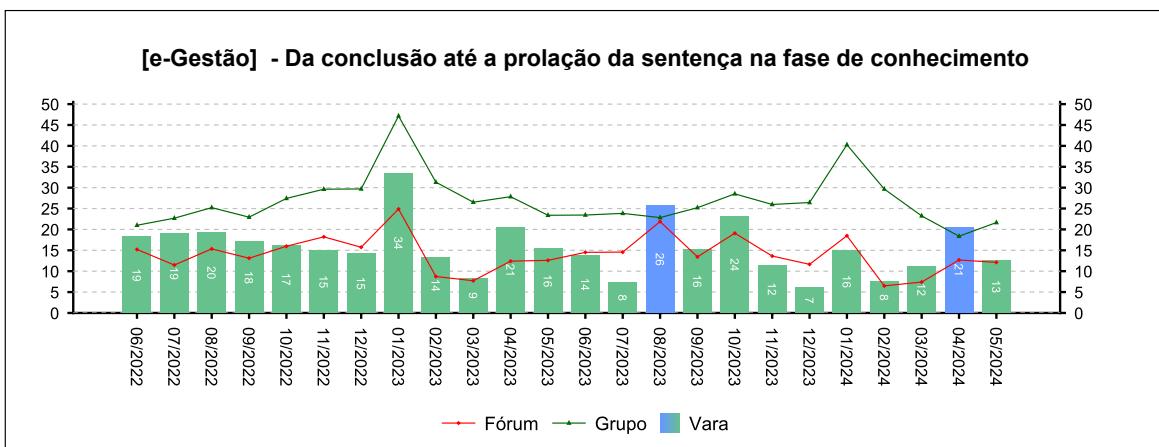
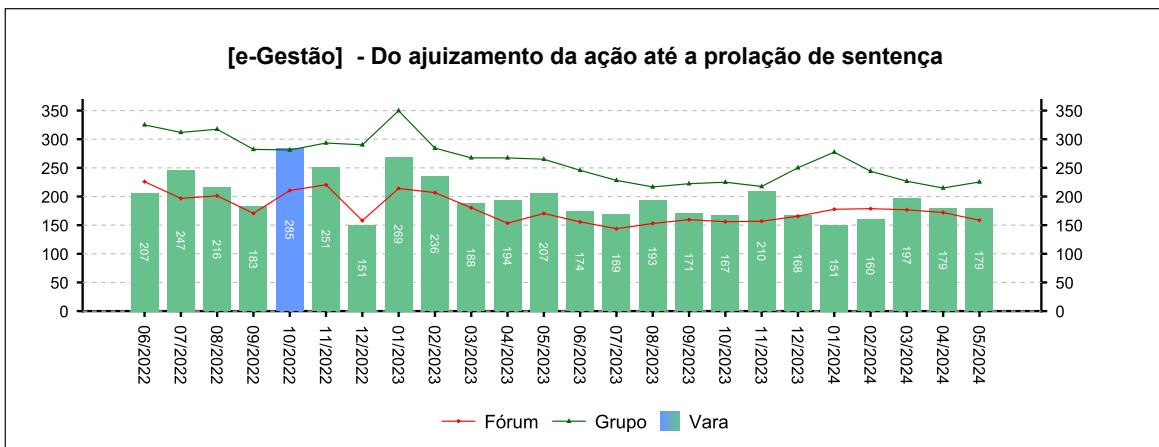




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5 - PRAZOS MÉDIOS

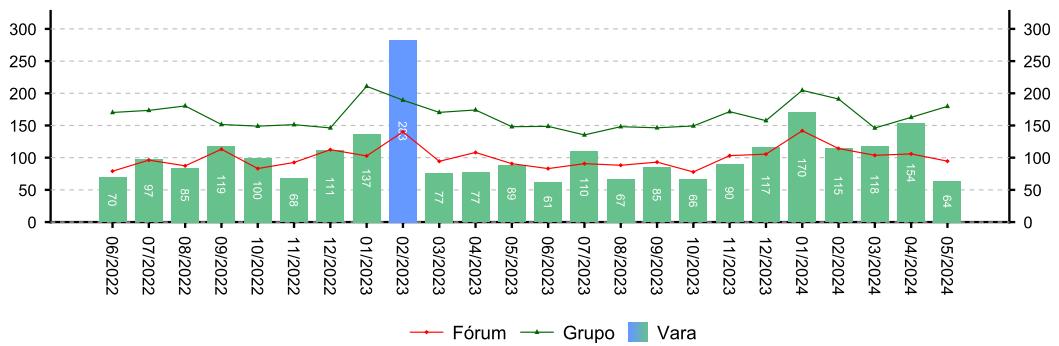
(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

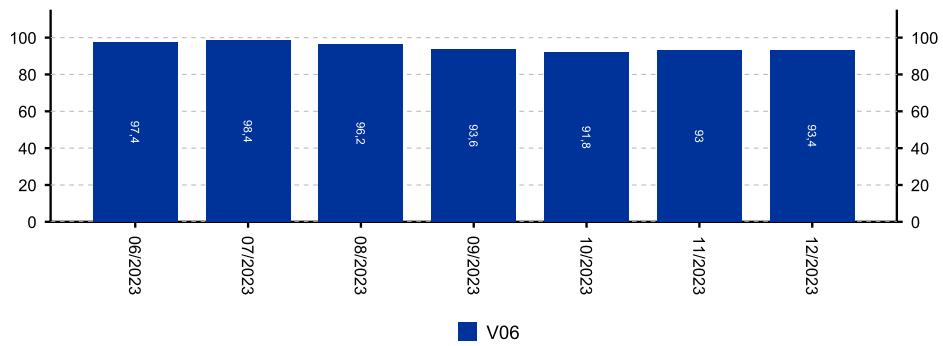
	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	243	115	170	106

Período: 10/2023 a 05/2024

[e-Gestão] - Do início ao encerramento da liquidação



[IGEST] - Prazo Médio na Fase de Liquidação





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



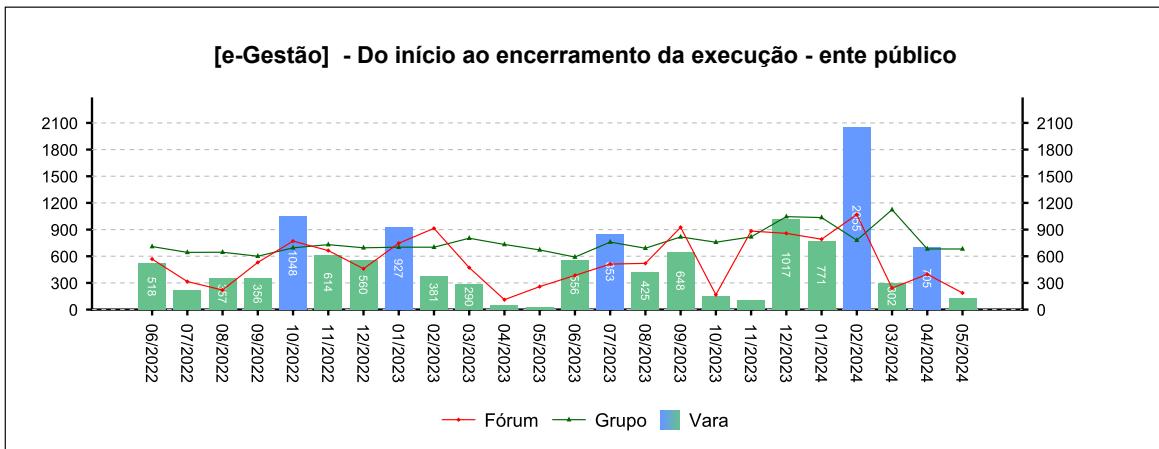
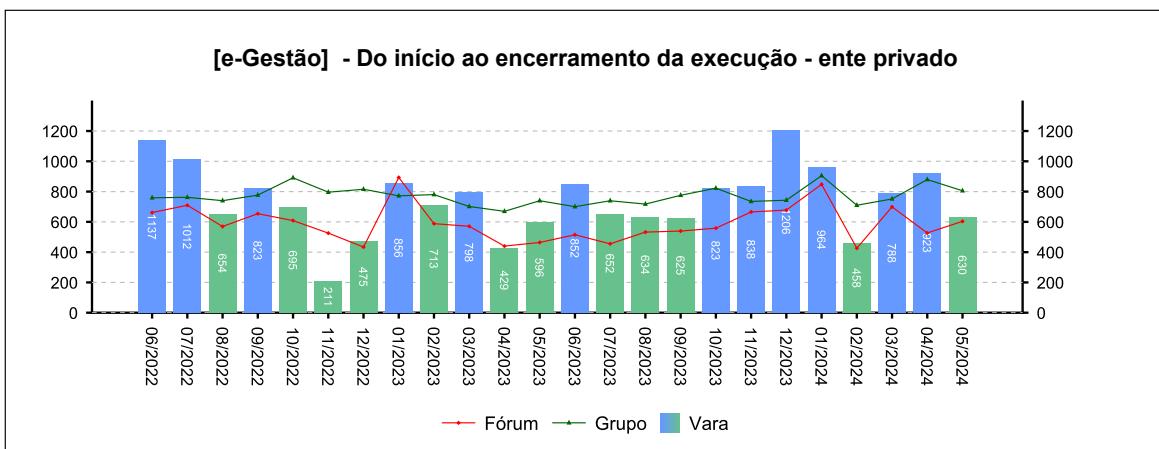
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	178	808	797	612
Do início ao encerramento da execução - ente público	35	721	872	571
Total / Média	213	794	815	606

Período: 10/2023 a 05/2024





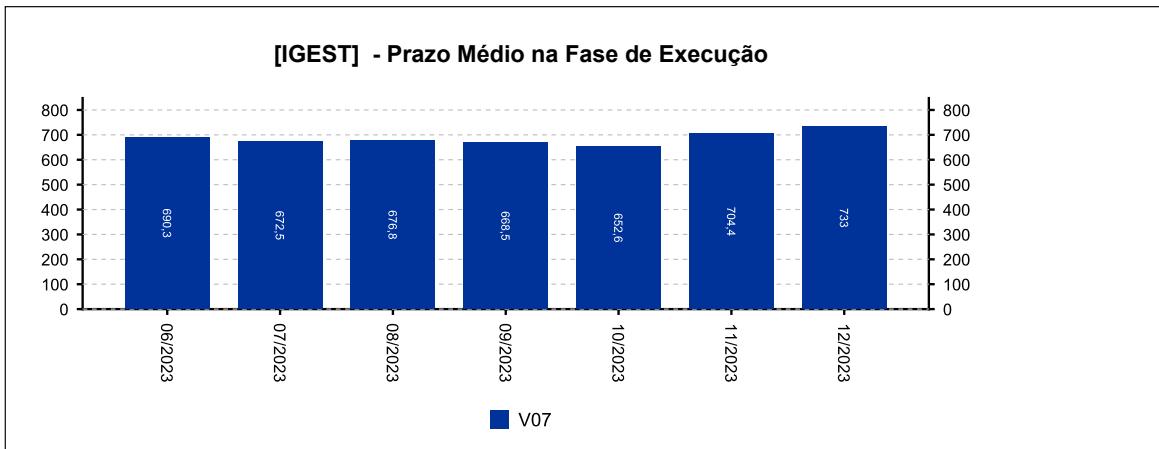
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

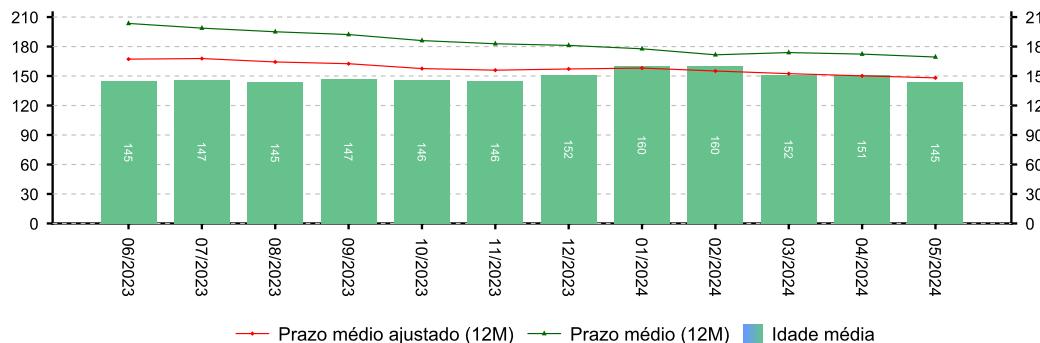
[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

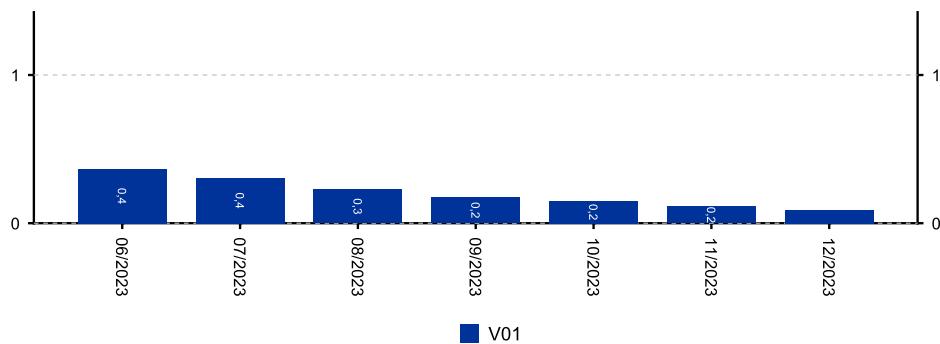
PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010657-09.2021.5.15.0103	02/11/2021	27/08/2021	1.008
0010986-21.2021.5.15.0103	15/02/2023	22/12/2021	891
0010203-87.2021.5.15.0019	16/06/2023	31/12/2021	882
0010096-48.2022.5.15.0103	04/07/2023	07/02/2022	844
0010461-05.2022.5.15.0103	11/08/2022	31/05/2022	731

Periodo: até 05/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução



[IGEST] - Idade Média do Pendente de Julgamento





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

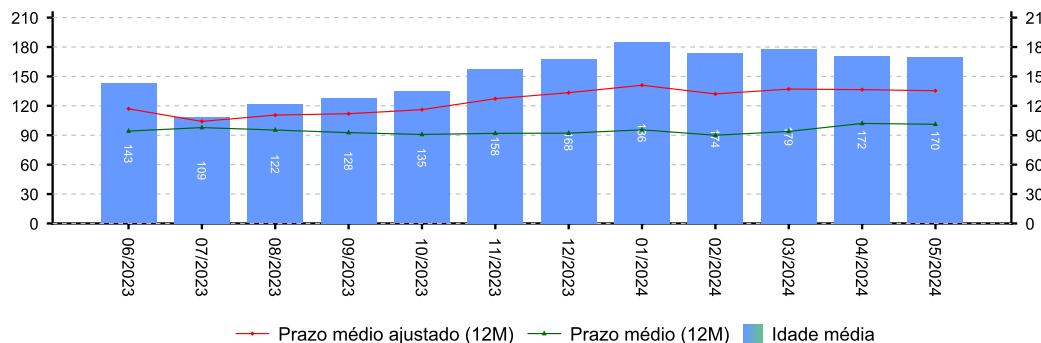
(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0011143-28.2016.5.15.0019	18/12/2018	31/12/2016	1.991
0010699-97.2017.5.15.0103	29/10/2019	12/07/2017	1.676
0010200-11.2020.5.15.0103	02/04/2020	26/03/2020	1.520
0010529-23.2020.5.15.0103	29/07/2020	24/07/2020	1.402
0010827-15.2020.5.15.0103	30/11/2020	27/11/2020	1.278

Período: até 05/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

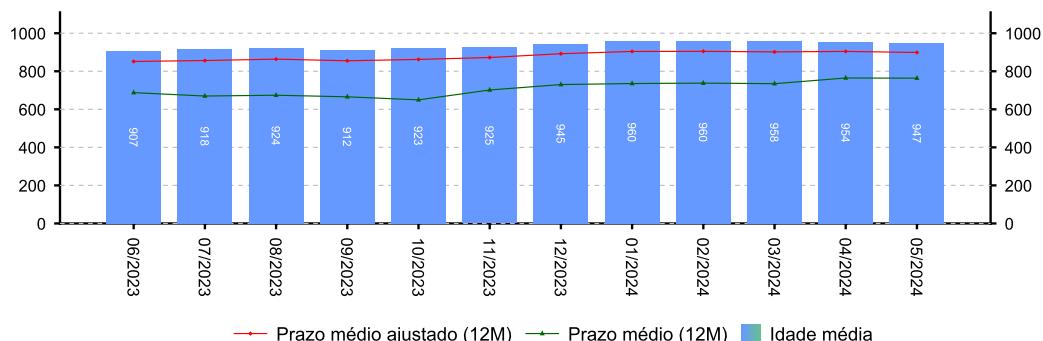
(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0069100-46.2004.5.15.0103	20/05/2005	20/10/2004	6.951
0040600-04.2003.5.15.0103	02/02/2006	16/06/2003	6.693
0051300-10.2001.5.15.0103	07/04/2008	31/07/2001	5.898
0120200-06.2005.5.15.0103	23/09/2008	22/11/2005	5.729
0098700-44.2006.5.15.0103	24/06/2009	19/12/2006	5.455

Período: até 05/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	1008	144	169	148
Do Início ao Encerramento da Liquidação	1991	169	101	135
Do Início ao Encerramento da Execução	6951	947	764	899

Período: até 05/2024

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

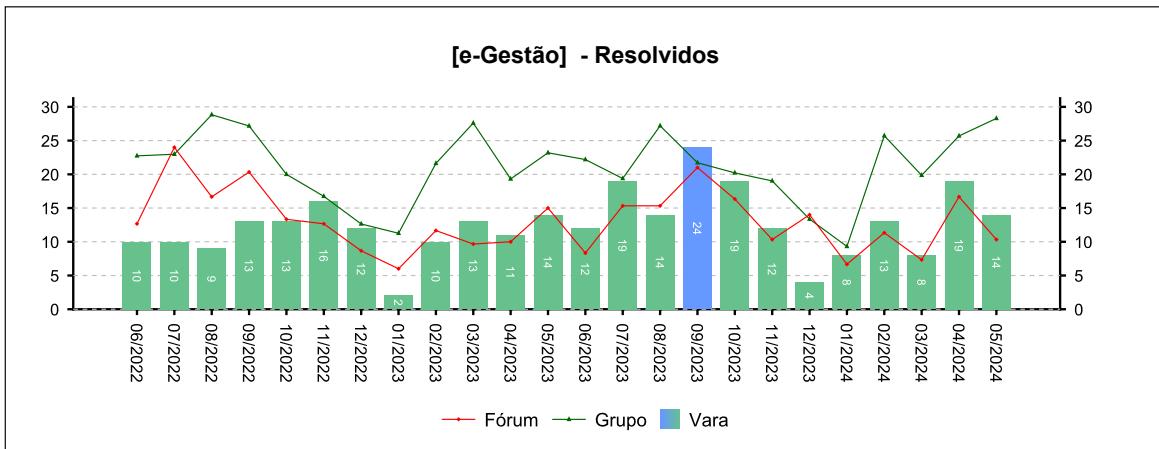
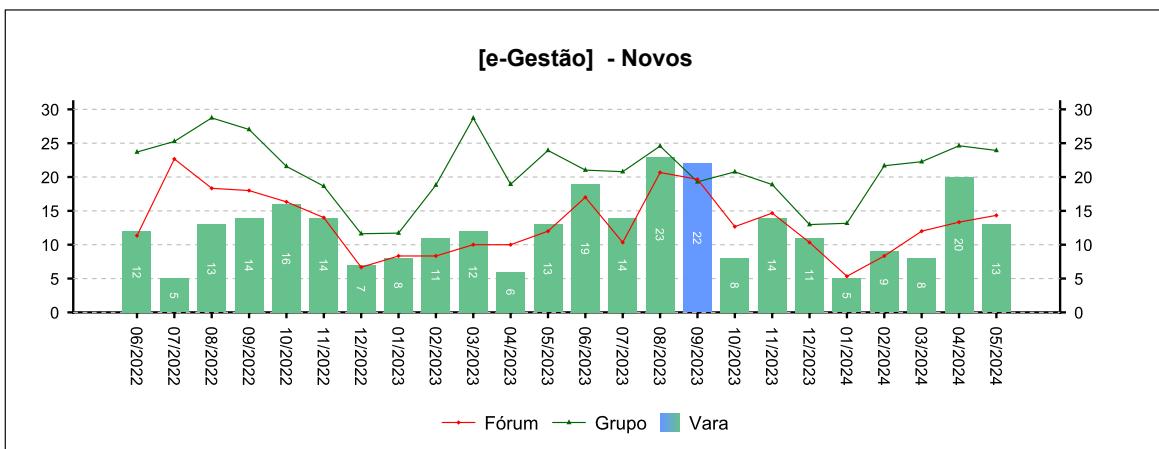
[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
88	97	4

Período: 10/2023 a 05/2024

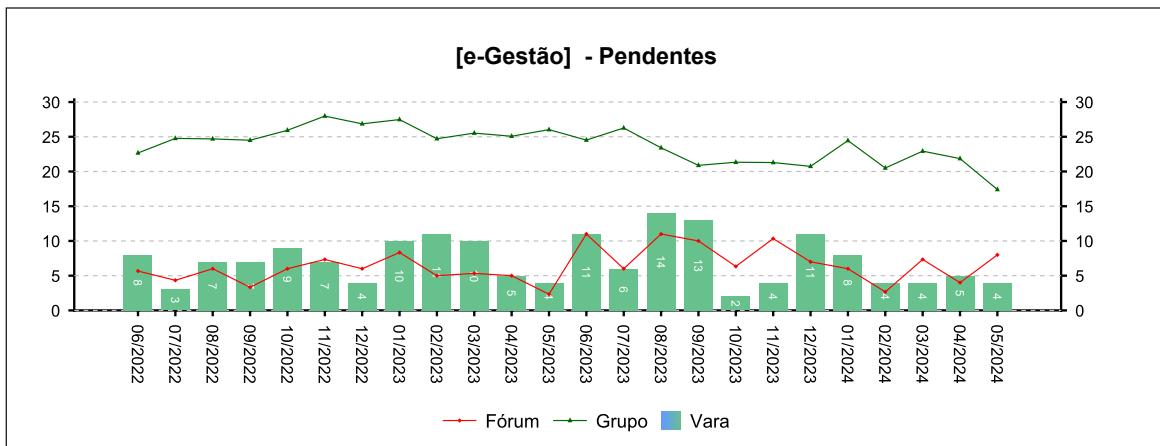




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





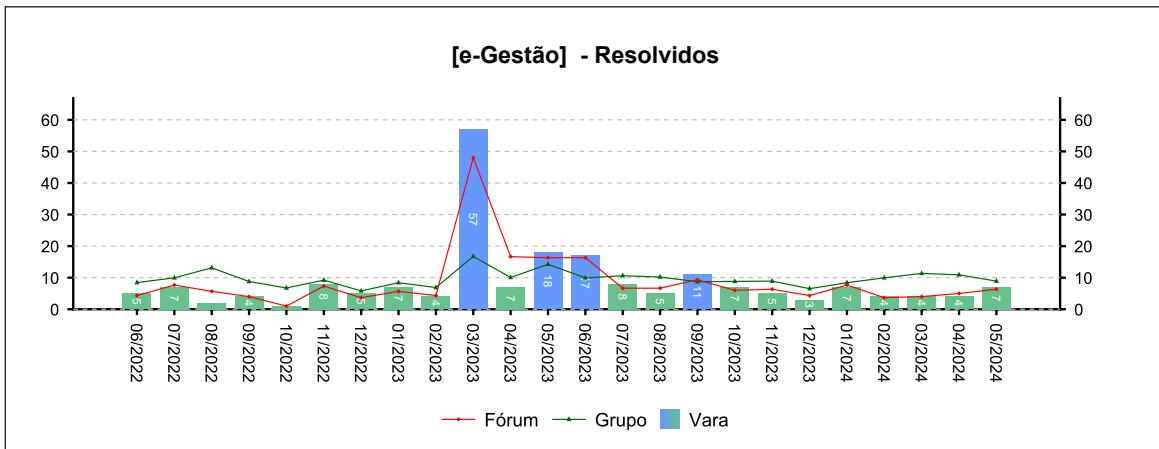
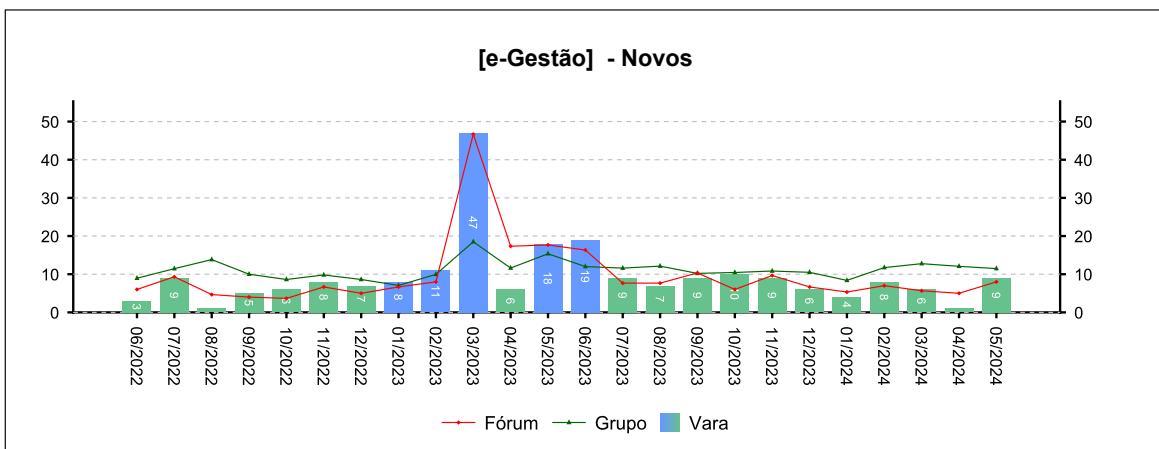
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
53	41	2

Período: 10/2023 a 05/2024





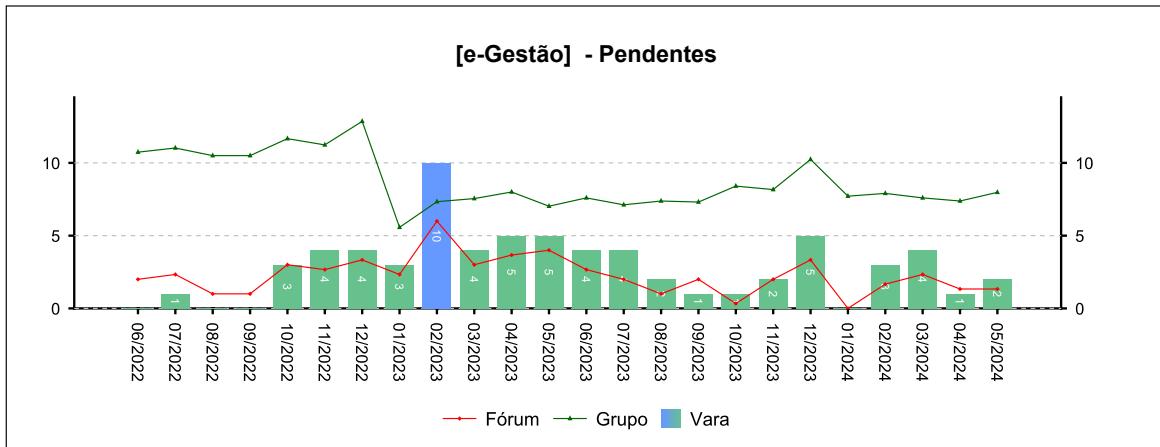
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





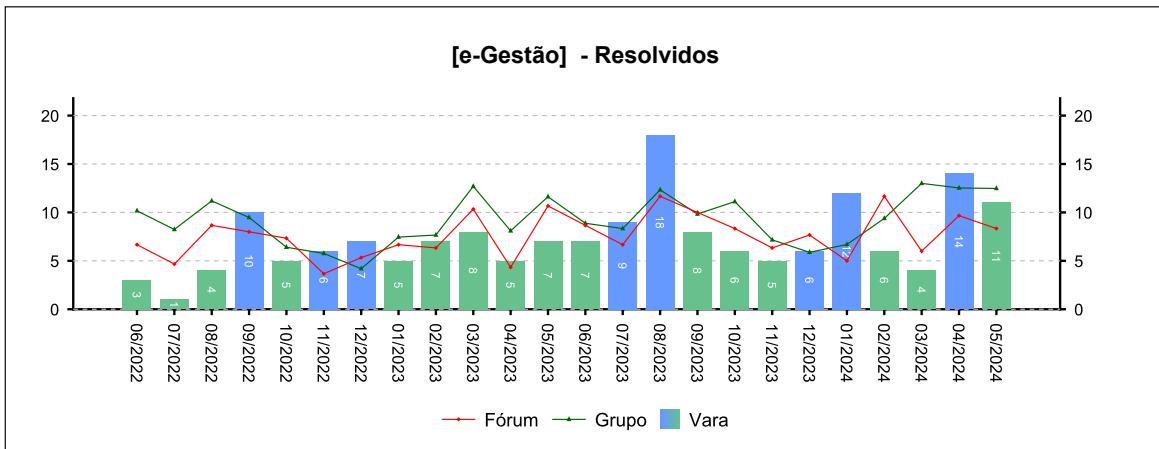
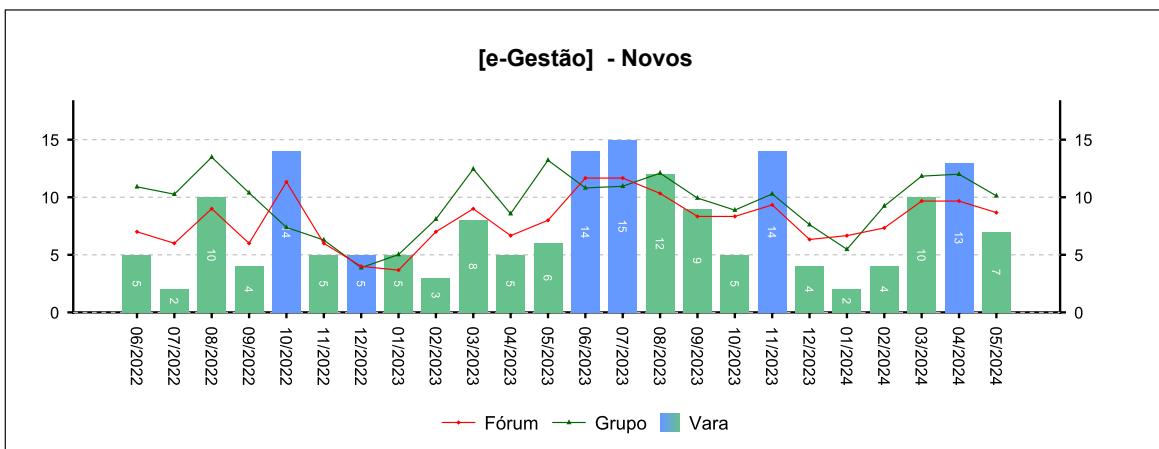
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
59	64	5

Período: 10/2023 a 05/2024

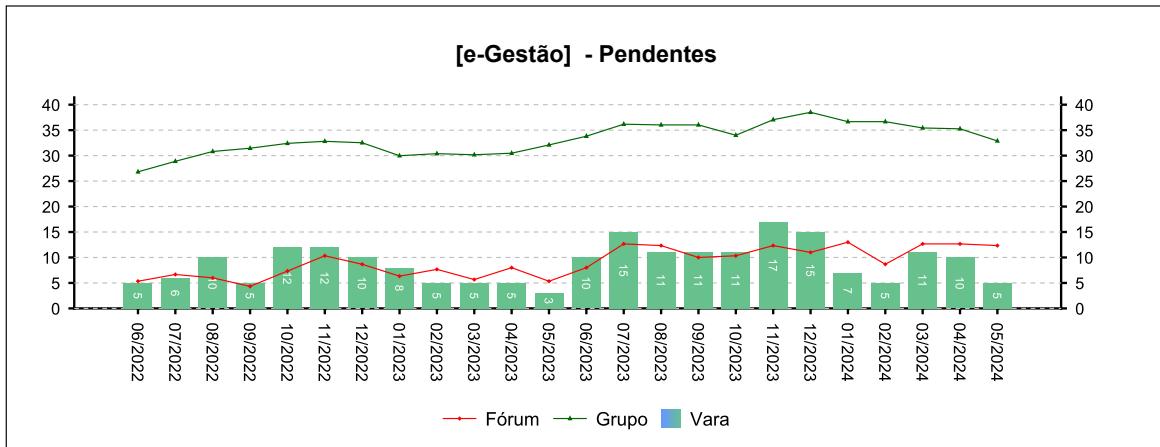




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
200	202	11

Período: 10/2023 a 05/2024



8 - RECURSOS

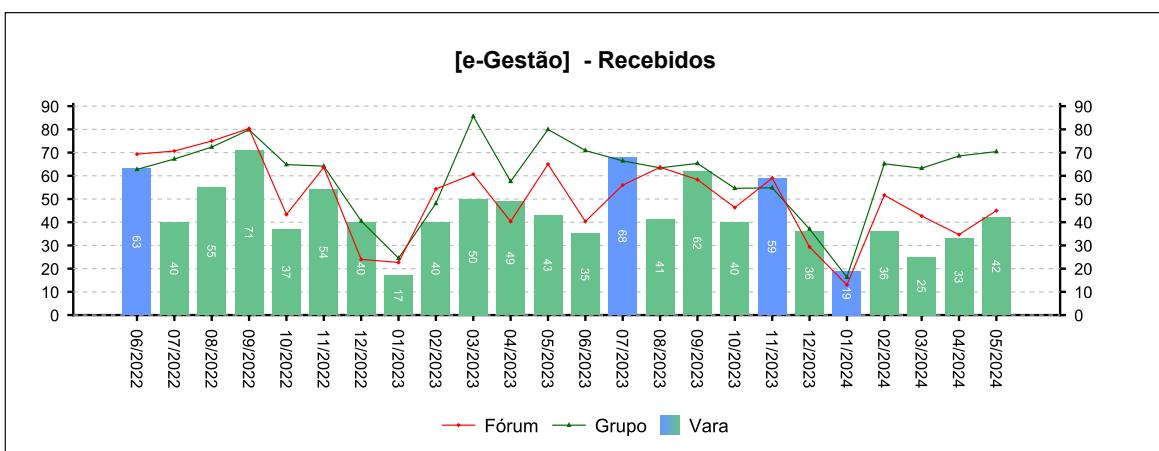
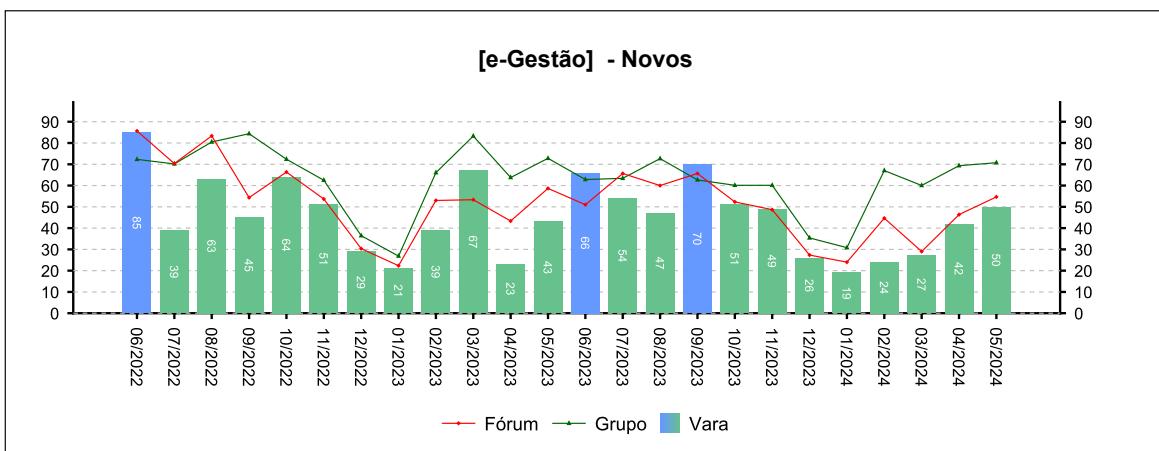
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
288	290	37

Período: 10/2023 a 05/2024





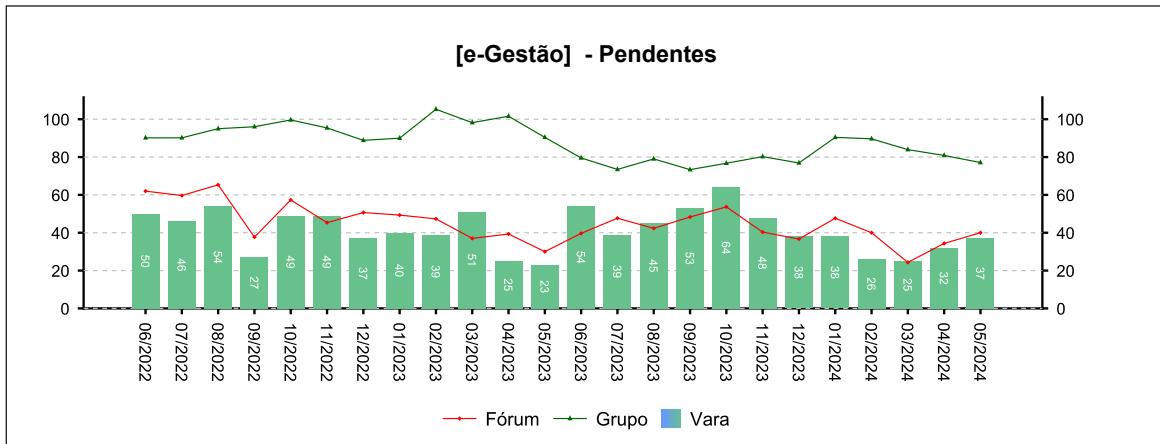
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



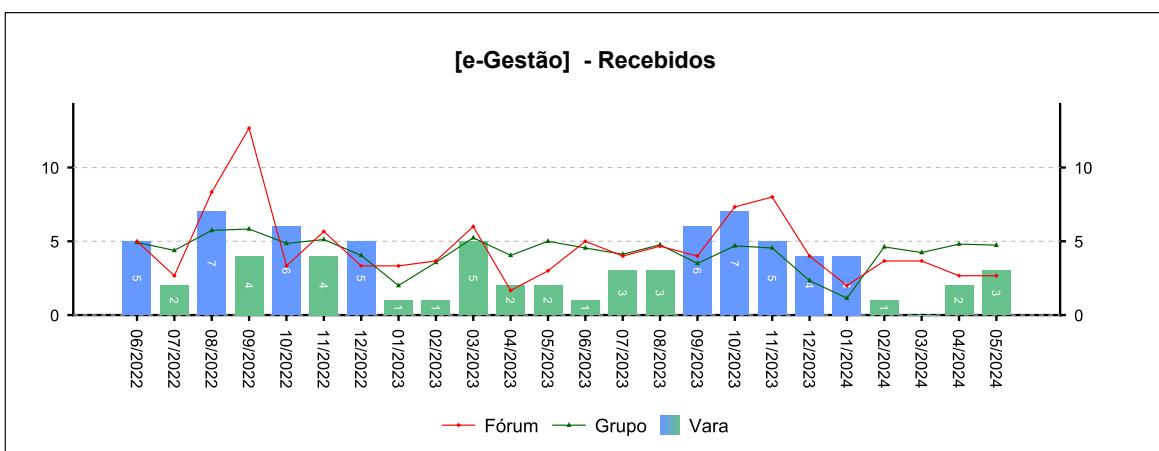
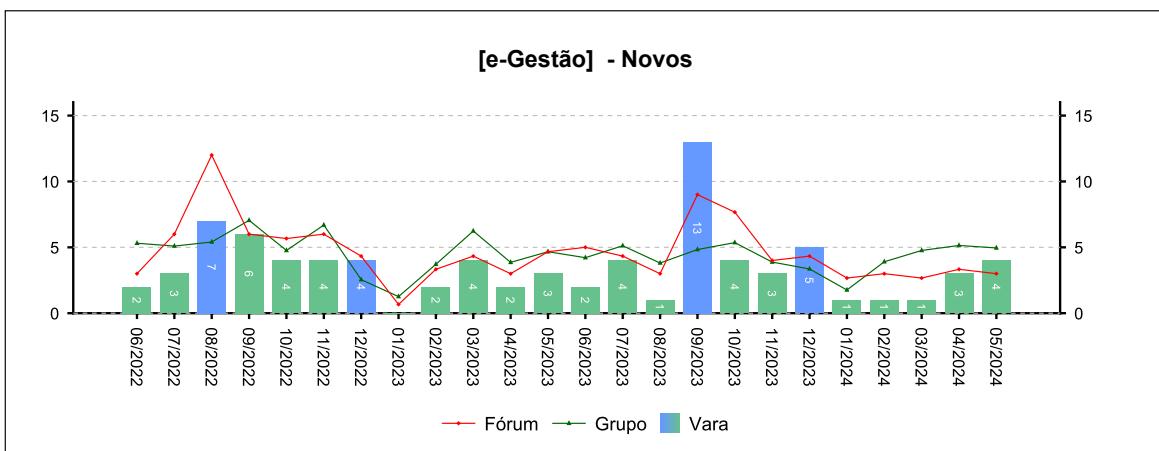
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
22	26	2

Período: 10/2023 a 05/2024





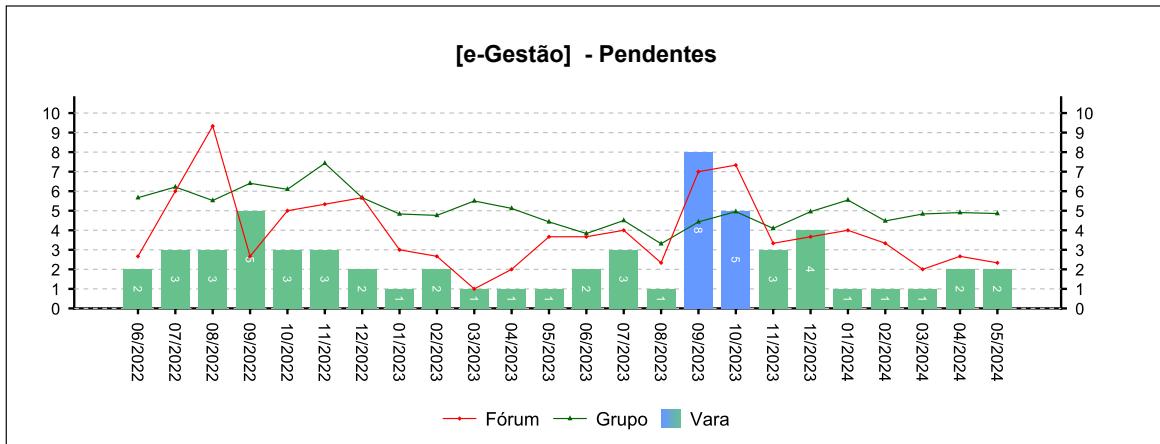
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

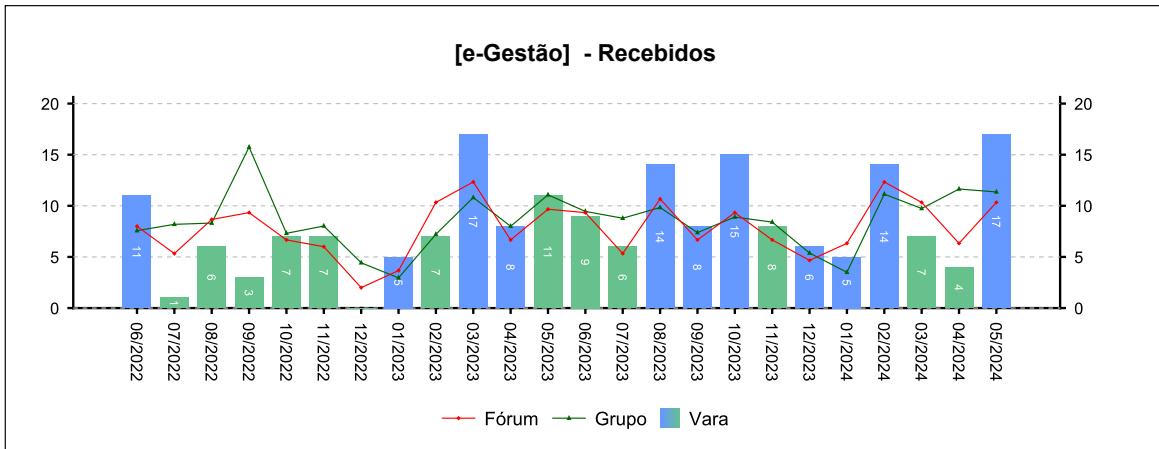
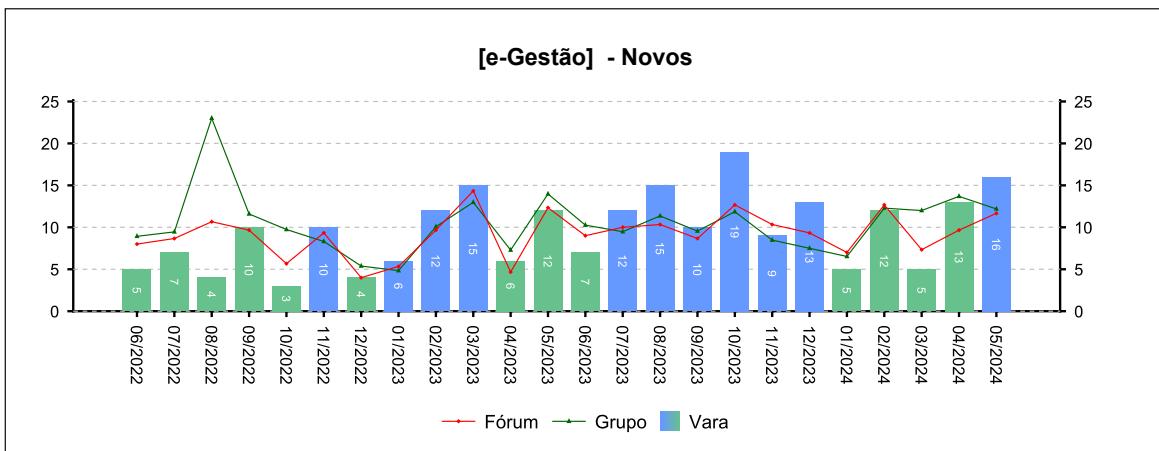


8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
92	76	13
Período: 10/2023 a 05/2024		





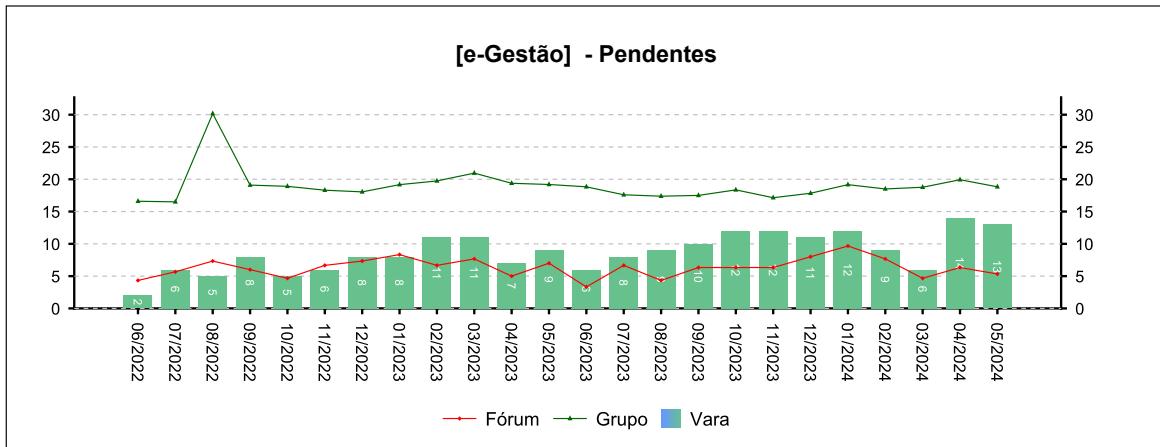
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





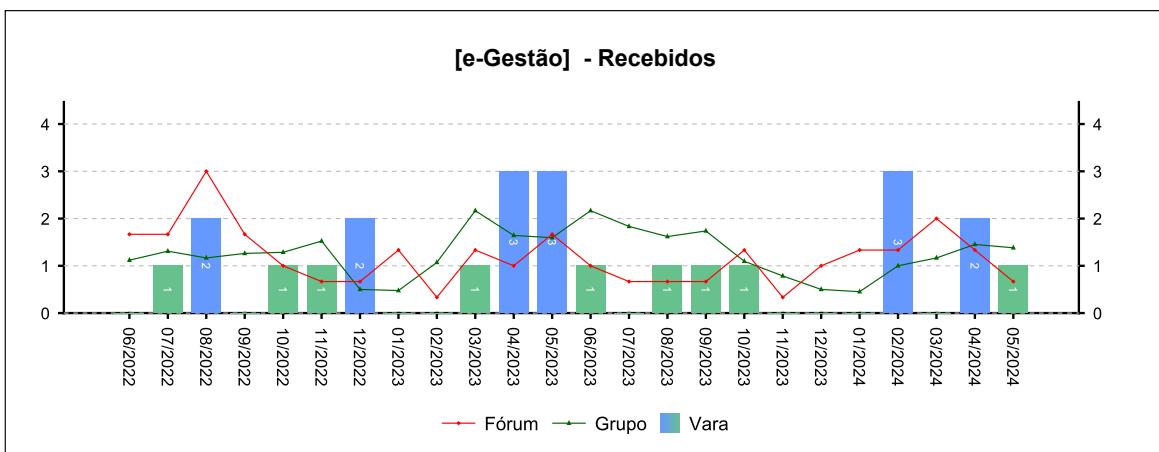
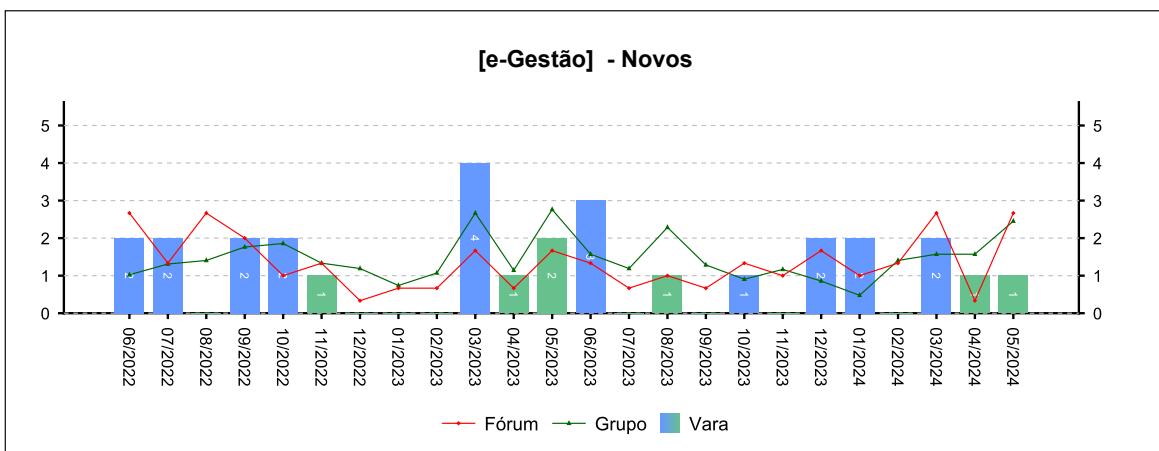
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
9	7	1

Período: 10/2023 a 05/2024





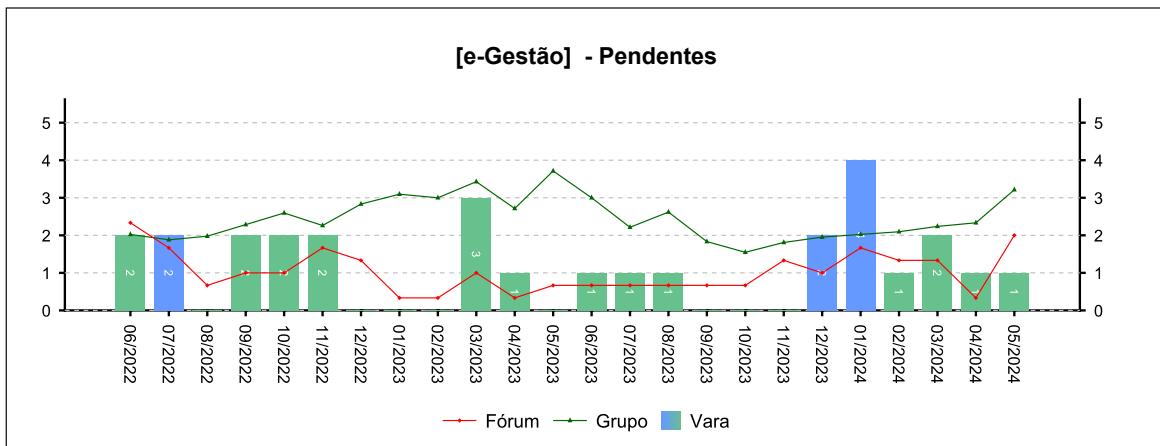
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
411	399	53

Período: 10/2023 a 05/2024

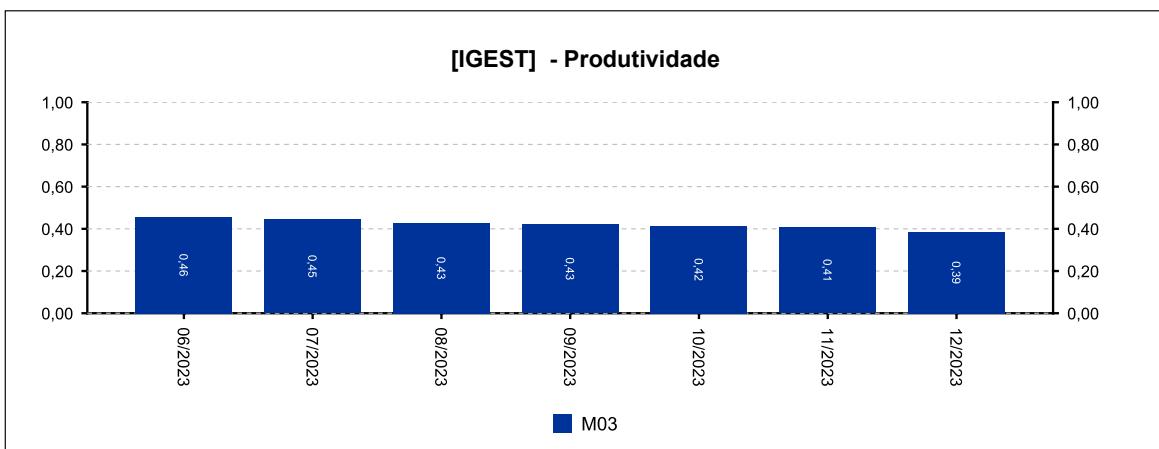
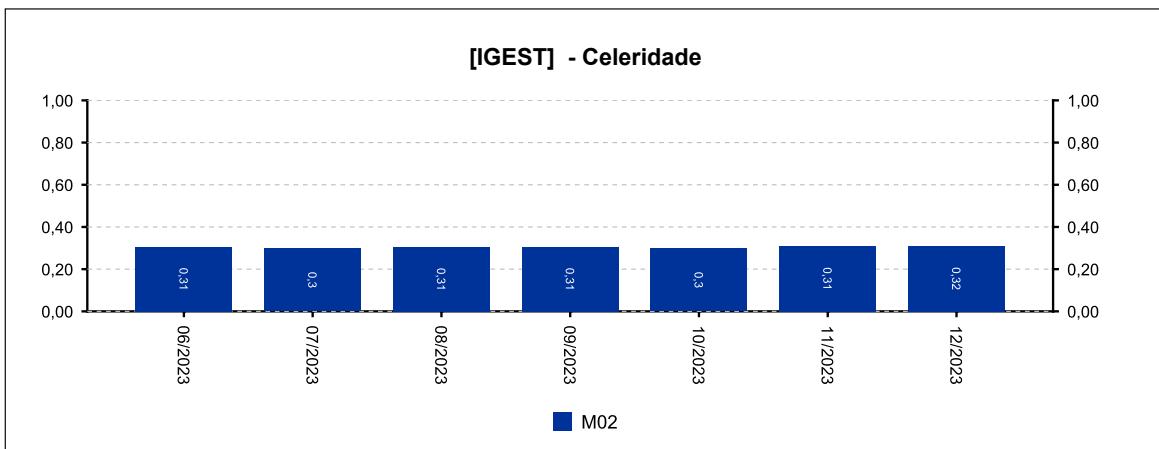
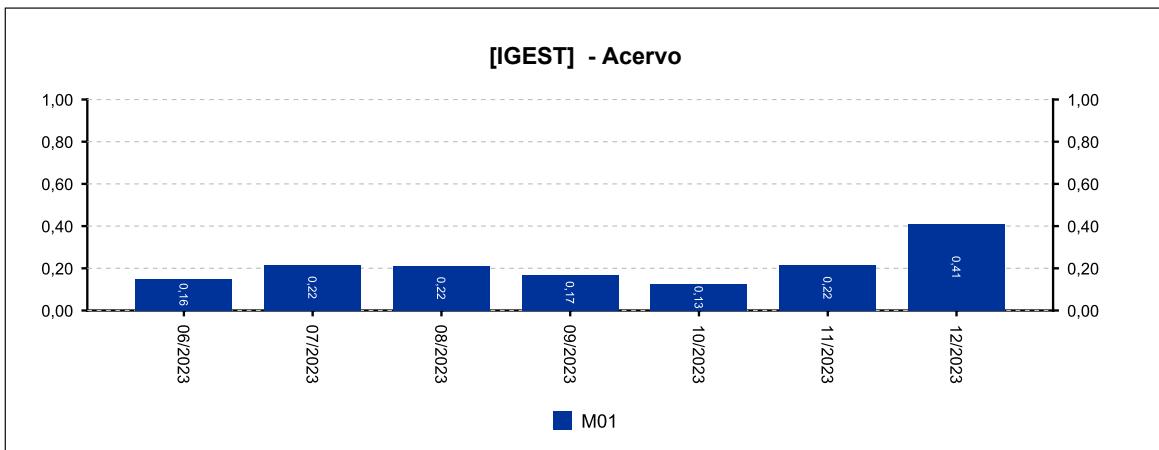


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

[Voltar](#)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,1251	0,2976	0,4138	0,2920	0,4408	0,3139
11/2023	0,2151	0,3098	0,4059	0,3026	0,4488	0,3364
12/2023	0,4091	0,3106	0,3853	0,2712	0,4348	0,3622



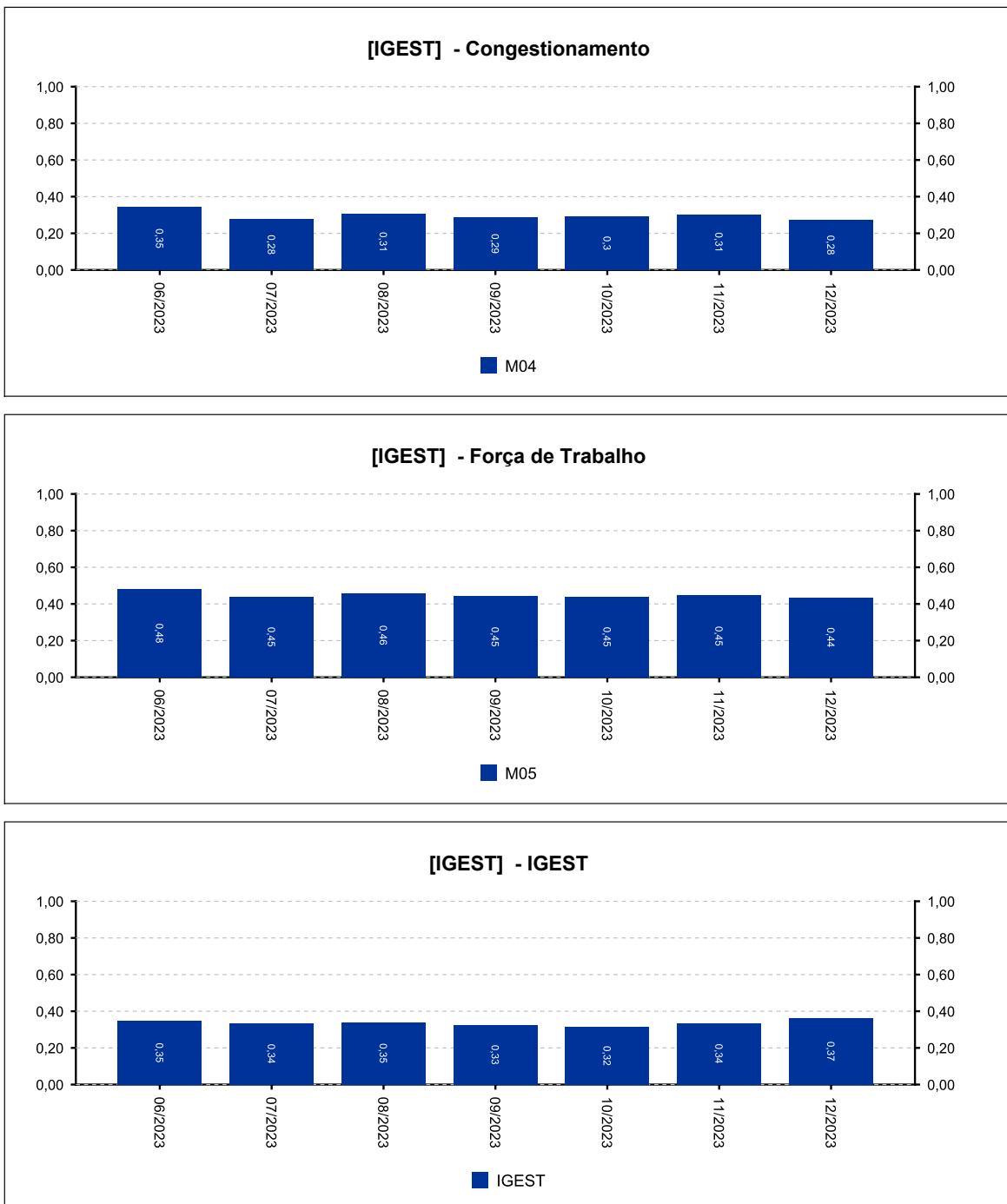


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2023 a 05/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	617	51,4	49,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	474	39,5	38,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.091	90,9	88,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	65	5,4	5,3
Incidentes Processuais Resolvidos	354	29,5	28,6
Dias-Juiz	371	30,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	23.179	46,0	31,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	29.219	58,0	39,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	52.398	104,0	71,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.479	12,9	8,8
Incidentes Processuais Resolvidos	20.278	40,2	27,6
Dias-Juiz	22.077	43,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	100.400	54,7	32,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.102	73,0	43,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	234.502	127,7	75,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	31.342	17,1	10,1
Incidentes Processuais Resolvidos	99.281	54,1	32,1
Dias-Juiz	92.900	50,3	---

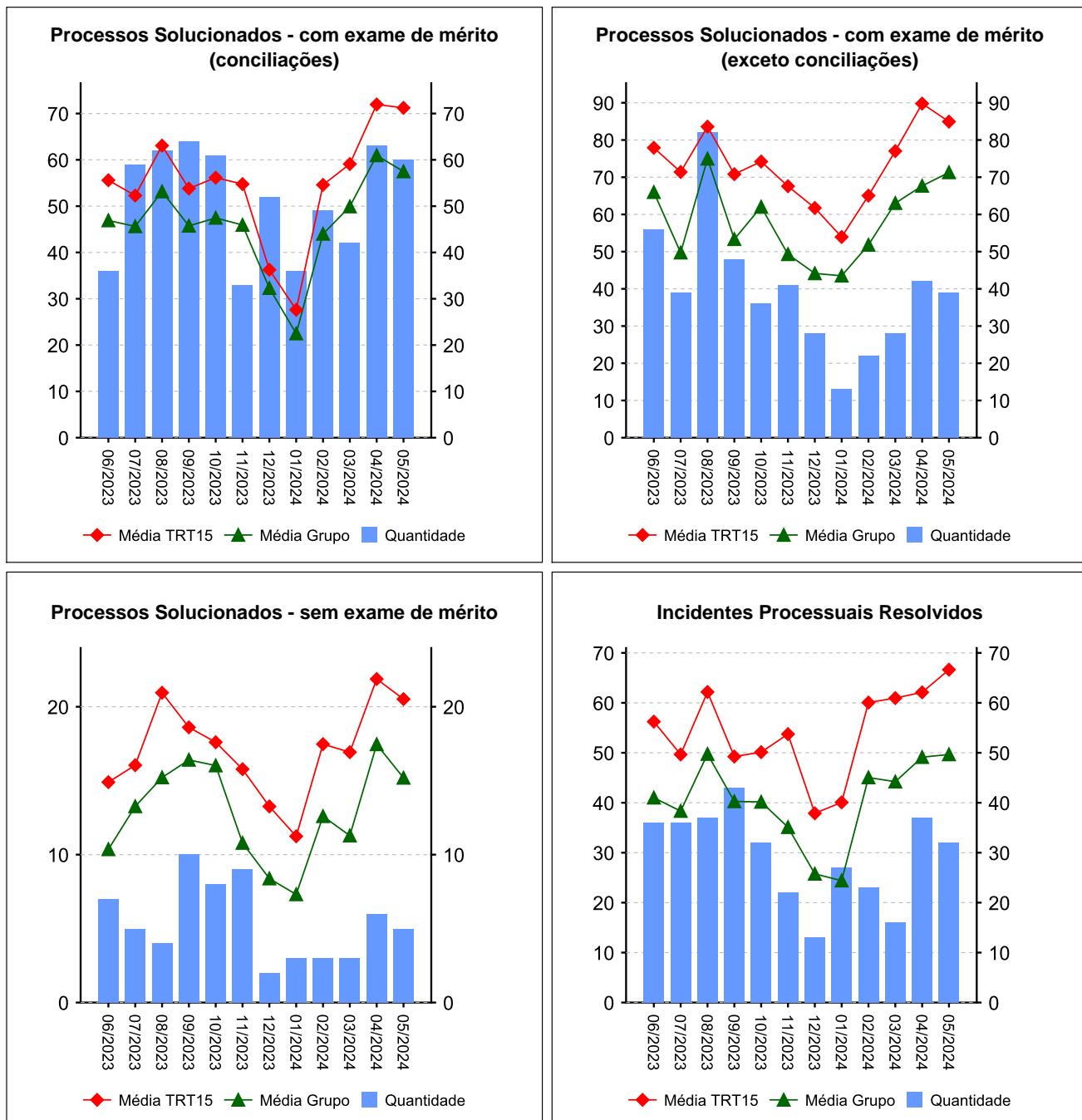
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	371	30,9	30,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	471	39,3	38,1
Sessões de audiência realizadas - una	6	0,5	0,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	882	73,5	71,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	109	9,1	8,8
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo)	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	477	39,8	38,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	991	82,6	80,1
Dias-Juiz	371	30,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	22.077	43,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.900	50,3	---



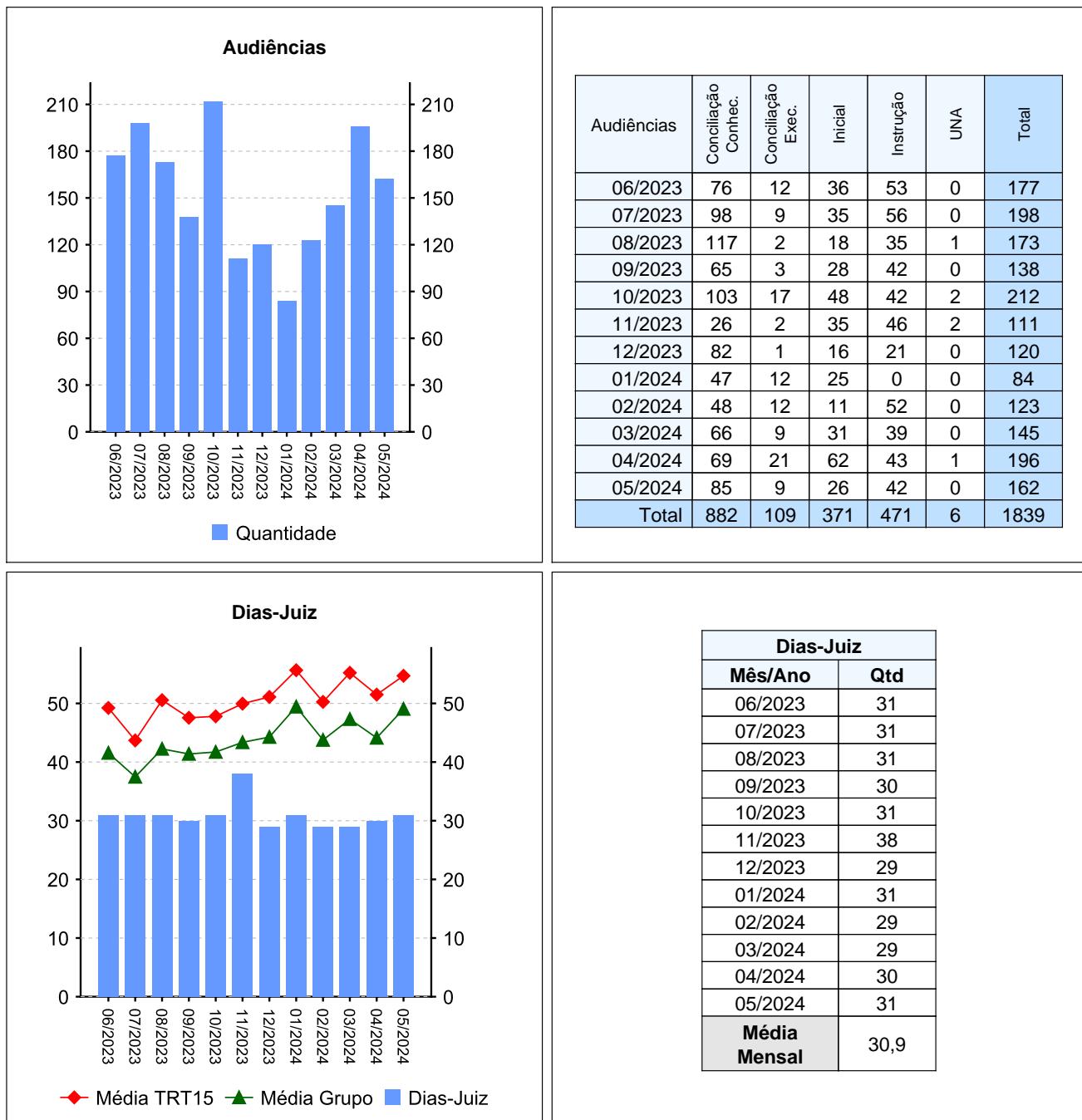
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	971
2022	1076
2023	1229
2024 (*)	531

(*) Período: 01/2021 a 05/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 128.946,15	R\$ 350.919,73	R\$ 1.586.021,30

Período: 10/2023 a 05/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	PROCESSOS
2021	3
2022	16
2023	224
2024	356
Período: até 05/2024	

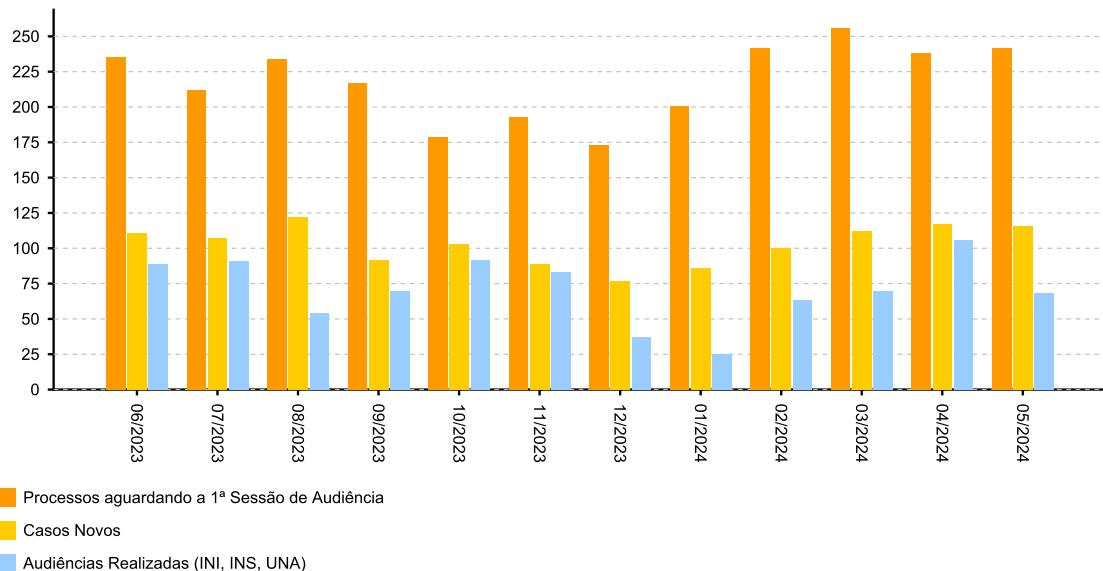


14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 05/2024]

[Voltar](#)

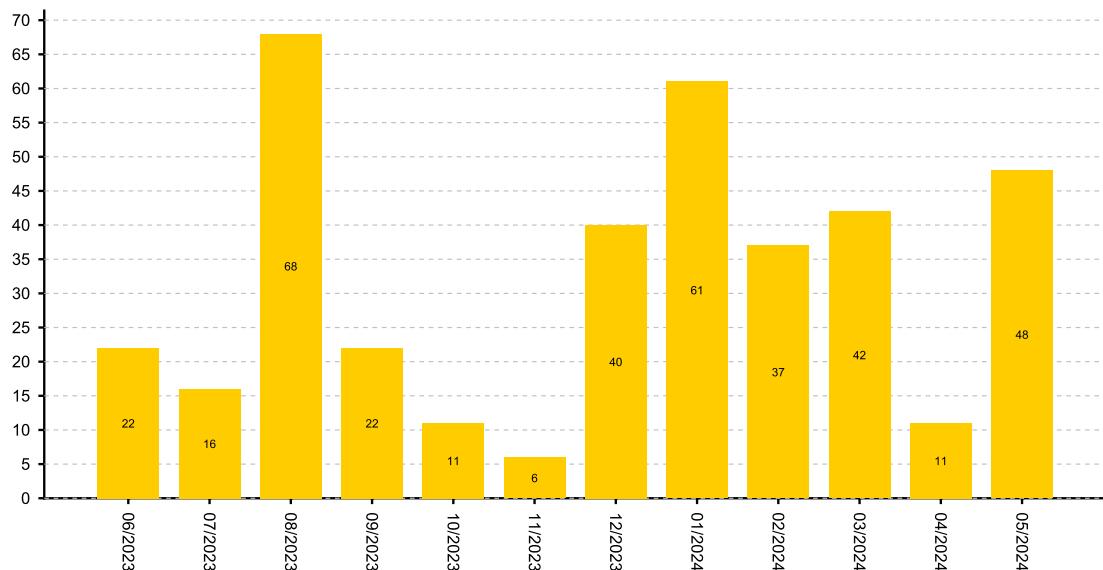
(fonte: e-Gestão)

[e-Gestão] - Fase de Conhecimento - Da Distribuição até a Realização da 1ª Audiência



■ Processos aguardando a 1ª Sessão de Audiência
■ Casos Novos
■ Audiências Realizadas (INI, INS, UNA)

Variação [Casos Novos - Audiências Realizadas (INI, INS, UNA)]





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 05/2024]

(fonte: e-Gestão)

